

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**MOVIMENTO ANARQUISTA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL
FEMININO NA REVISTA “A VIDA” (1914-1915)**

EDUARDA MIRIANI STABILE

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

**MOVIMENTO ANARQUISTA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL FEMININO
NA REVISTA “A VIDA” (1914-1915)**

Dissertação apresentada por EDUARDA MIRIANI STABILE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas

Orientador(a): Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA GOMES

MARINGÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S775m

Stabile, Eduarda Miriani

Movimento anarquista e educação : análise do papel feminino na revista "A Vida" (1914-1915) / Eduarda Miriani Stabile. -- Maringá, PR, 2023.
95 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Anarquismo e anarquistas - Brasil. 2. Mulheres - Brasil - Movimento operário. 3. A Vida (Revista). 4. Representação feminina - Revistas - Brasil. 5. Imprensa - Brasil. I. Gomes, Marco Antônio de Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.981

EDUARDA MIRIANI STABILE

**MOVIMENTO ANARQUISTA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL FEMININO
NA REVISTA “A VIDA” (1914-1915)**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes
(orientador) – UEM – Maringá**

Prof. Dr. Jussara Santos Pimenta – UNIR – Rondônia

Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini – UEM – Maringá

JUNHO

2023

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores que lutam por um mundo melhor e a todos que acreditam em uma educação mais democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por terem me concebido a graça da vida, por colocarem pessoas especiais em meu caminho, por me permitirem vivenciar o sonho de realizar o Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e me ampararem durante o processo de escrita;

À minha família, em especial meus pais, Luis Carlos e Suelene e meu irmão, Carlos Eduardo, por todo o apoio e auxílio em diversos momentos da minha vida e por sempre incentivarem meus estudos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e aos funcionários, por toda dedicação e respeito à formação humana de seu corpo discente;

Ao meu orientador, Professor Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes, por todos os ensinamentos, apoio, empatia e respeito. Agradeço também por ter acreditado no meu potencial e tornado possível a realização desta investigação;

Aos membros da banca examinadora, pela leitura e contribuições que permitiram o aprimoramento da pesquisa;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo auxílio financeiro durante o desenvolvimento da análise.

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mundos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.”

(Sergio Buarque de Holanda)

STABILE, Eduarda Miriani. **MOVIMENTO ANARQUISTA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL FEMININO NA REVISTA “A VIDA” (1914-1915)**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2023.

RESUMO

O presente trabalho se insere na linha História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Neste estudo, tomamos como objetivo compreender o papel reservado à mulher presente nas páginas da revista anarquista “A Vida”. Para tanto, indagamos como problema de pesquisa: qual é o papel reservado à mulher presente nas páginas da revista “A Vida”? Trata-se de uma análise histórica, bibliográfica e documental, realizada por meio da inspeção da revista “A Vida”, impressa na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1914 a 1915. As classes operárias surgiram nos grandes centros urbanos a partir da chegada dos imigrantes no Brasil. O contexto era demarcado pela crise do regime escravista e a expansão da produção cafeeira. Diante disso, as condições de trabalho se tornaram precárias, e o anarquismo se converteu na principal corrente presente no interior das fábricas. Com esse fim, a verificação foi subsidiada pelo Materialismo Histórico-Dialético, que compreende a sociedade por meio da luta de classes. Além disso, o trabalho com a imprensa é uma fonte privilegiada para a compreensão das propostas dos operários, visto que a educação se tornou um tema estratégico nas publicações. Concernente aos resultados da investigação, vislumbra-se evidenciar os artigos da revista “A Vida” que abordam questões de gênero e problemas educacionais, bem como compreender a atuação do movimento anarquista em sua totalidade.

Palavras-chave: Movimento anarquista; Revista “A Vida”; Imprensa; Papel feminino.

STABILE, Eduarda Miriani. **MOVIMENTO ANARQUISTA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL FEMININO NA REVISTA “A VIDA” (1914-1915)**. 95 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2023.

ABSTRACT

The present work is part of the line History of Education, Policies and Pedagogical Practices of the Graduate Program in Education at the State University of Maringá. In this study, we aim to understand the role reserved for women present in the pages of the anarchist magazine “A Vida”. Therefore, we ask as a research problem: What is the role reserved for the woman present in the pages of the magazine “A Vida?” It is a historical, bibliographical and documentary analysis, carried out through the inspection of the magazine “A Vida”, printed in the city of Rio de Janeiro, from 1914 to 1915. The working classes emerged in large urban centers from the arrival of immigrants in Brazil. The scenario was marked by the crisis of the slave regime and the expansion of coffee production. In view of this, working conditions became precarious and anarchism became the main current present inside the factories. To this end, the verification was supported by dialectical historical materialism that understands society through class struggle. In addition, working with the press is a privileged source for understanding the workers' proposals, since education has become a strategic topic in publications. Concerning the results of the investigation, it is envisaged to highlight the articles of the magazine "A Vida" that address gender issues and educational problems, as well as understand the performance of the anarchist movement in its entirety.

Keywords: Anarchist movement; Magazine “A Vida”; Press; Female role.

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades 47

Tabela II: Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira de quinze anos e mais 47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da Revista “A Vida”73

Figura 2: Quadro classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro.....86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

ASMOB - Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro

CMS - Centro de Memória Sindical

COB - Confederação Operária Brasileira

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

LEHIS - Laboratório de Ensino de História

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PIC – Projeto de Iniciação Científica

PSI - Partido Socialista Italiano

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Objetivos da pesquisa	14
1.1.1. Objetivo geral	14
1.1.2. Objetivos específicos	15
1.2. Justificativas	15
1.3. Revisão de literatura	17
1.4. A liberdade e a solidariedade na aceção dos anarquistas	18
1.5. Tecendo os caminhos metodológicos	22
1.6. Ordenamento da dissertação	25
2. APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DO MOVIMENTO ANARQUISTA	27
2.1. Contexto histórico do surgimento do anarquismo	31
3. MOVIMENTO OPERÁRIO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA ANARQUISTA NO BRASIL	41
3.1. Os ideais de luta e resistência	50
3.2. A origem do movimento anarquista no Brasil.....	53
3.3. A imprensa operária	57
4. O PAPEL ATRIBUÍDO ÀS MULHERES NAS PÁGINAS DA REVISTA “A VIDA”	65
4.1. A emancipação da mulher	72
4.2. O amor livre	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo se situa, inicialmente, na linha de pesquisa História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas, anteriormente denominada História e Historiografia da Educação, constantes no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, a partir da reestruturação curricular no ano de 2021.

Nesta investigação, tomamos como pressupostos as propostas de educação presentes no movimento anarquista, nos anos iniciais da República Velha no Brasil, período que corresponde ao surgimento das primeiras indústrias e ao crescente processo de urbanização que já vinha ocorrendo nos anos finais do Império. Nesse contexto, inúmeras publicações de origem operária ganharam vida e circularam no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades. Muitos dos periódicos tiveram vida efêmera em função das dificuldades financeiras, repressão policial ou, até mesmo, prisão de suas lideranças mais combativas. Destacamos, dentre esses periódicos, a revista “A Vida”, que circulou no Rio de Janeiro entre 1914 e 1915. Em suas páginas, foram apresentadas aos leitores da época as ideias anarquistas, as discussões sobre o contexto político, a educação e as questões de gênero.

Ao considerar a sociedade patriarcal, resquício de nossa formação colonial, das condições precárias de trabalho dos trabalhadores em geral, tomamos como problema de pesquisa a seguinte questão: qual é o papel reservado à mulher presente nas páginas da revista “A Vida”?

A dissertação tematiza a preocupação anarquista com a formação de uma nova sociedade e o papel da mulher nas lutas pela emancipação à frente da exploração presente na sociedade. Para tanto, utilizamo-nos da observação histórica, documental e bibliográfica, adotando os objetivos apresentados a seguir.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender o papel reservado à mulher presente nas páginas da revista anarquista “A Vida”.

1.1.2 Objetivos específicos

- Evidenciar o contexto econômico, social e político do surgimento do movimento operário no Brasil.
- Compreender a atuação e a origem do movimento anarquista no Brasil.
- Investigar o caráter educativo da revista “A Vida” para os operários.
- Relatar o exercício da mulher nas páginas da revista “A Vida”.

1.2 Justificativas

No contexto dos anos iniciais do século XX, na presença de uma sociedade ainda predominantemente patriarcal, mulheres de origem operária participaram ou foram incentivadas a participar da luta sindical e anarquista, contribuindo para a paralisação de fábricas, de maneira a se manifestarem publicamente etc. Não faltaram páginas e páginas de diferentes publicações que abordaram suas lutas e reivindicações.

Os libertários defendiam princípios, como a liberdade, responsabilidade e autodisciplina, tal qual a abolição do Estado e de todo o princípio de autoridade e exploração do homem pelo homem, além da proposta de superação do Estado e de todos os meios de repressão. Nesse sentido, é importante lembrarmos que a democracia republicana do período não passava de palavras vazias, que excluía os trabalhadores de participarem de maneira relevante das decisões econômicas, jurídicas e políticas do país. O Estado e o patronato eram enxergados com desconfiança ou, até mesmo, como inimigos que deveriam ser combatidos.

Assim, a nossa justificativa acadêmica se dá pelo fato de que, no Brasil, o acesso a fontes primárias é restrito, e obras sobre o tema, ainda que robustas, são escassas, por isso o anarquismo é pouco compreendido e estudado. Paul Eltzbacher ilustra bem esse pensamento, pois ele foi pioneiro nos estudos sobre anarquismo e sentiu a vontade de compreender a ciência desse objeto. Para ele:

Ora a lei suprema do anarquismo é descrita como uma lei histórica da evolução, ora é a felicidade do indivíduo, ora é a justiça. Ora dizem que o anarquismo culmina na negação de todo programa, que ele possui somente um objetivo negativo; ora, por outro lado, que seu aspecto negativo e destruidor é equilibrado por um aspecto afirmativo e criativo; ora, em conclusão, que o que é original no anarquismo relaciona-se exclusivamente às suas armações sobre a sociedade ideal, que sua essência verdadeira e real está em seus esforços positivos. Ora se diz que o anarquismo rejeita o direito, ora que ele rejeita a sociedade, ora que ele rejeita somente o Estado. Ora se declara que, na sociedade futura do anarquismo, não há vínculos contratuais ligando as pessoas; ora, por outro lado, que o anarquismo busca ter todas as questões públicas solucionadas por contratos entre comunas e sociedades federativamente constituídas. Ora se diz que, em geral, o anarquismo rejeita a propriedade, ou pelo menos a propriedade privada; ora se realiza uma distinção entre o anarquismo comunista e individualista, ou mesmo entre o anarquismo comunista, coletivista e individualista. Ora se declara que o anarquismo concebe a sua realização por meio do crime, especialmente por meio de uma revolução violenta e com o auxílio da propaganda pelo fato; ora, por outro lado, que o anarquismo rejeita as táticas violentas e a propaganda pelo fato, ou que esses não são, necessariamente, elementos constitutivos do anarquismo. (ELTZBACHER, 2004, p. 3. Apud: CORREA, 2012, p.16)

É possível perceber, por meio das constatações de Eltzbacher, que, naquele momento, existia uma dificuldade para compreender o anarquismo, bem como suas correntes. Por muitos anos, o anarquismo foi apagado da história ou totalmente deturpado. É difícil o acesso a fontes anarquistas, uma vez que há uma minoria de simpatizantes na academia, mas que, ainda assim, conseguem colocá-lo em cena.

Já a justificativa social se respalda no fato de que, por muitos séculos, os trabalhadores lutaram em busca da emancipação do homem, porém isso ainda não se realizou.

É claro que a ideologia comunista representou um avanço objetivo da consciência de classe do país, destacando-se um avanço objetivo da consciência de classe no país, destacando-se, portanto, das outras formações ideológicas que conduziram a luta de classe (o anarcossindicalismo e o “novo sindicalismo”). Entretanto, tanto uma quanto as outras possuíam um significado importante: continham, em maior ou menor proporção, um lastro de idealização e de esperança que alimentavam a práxis de classe e que sedimentaram o imaginário utópico de uma sociedade sem exploradores e sem explorados. É algo que se contrasta, por exemplo, com a ideologia do pragmatismo sindical, de cariz neocorporativo e de participação, meramente de resultados, seja

de esquerda, seja de direita, que viceja, hoje, no sindicalismo brasileiro (ALVES, 2000, p. 24).

Por isso, compreender as lutas travadas no interior do movimento operário significa resgatar a utopia social de uma sociedade de homens e mulheres socialmente livres.

Por conseguinte, a nossa justificativa pessoal se efetiva pelo interesse por esmiuçar a temática mulheres e o anarquismo, que vem desde a graduação em Pedagogia, cursada na Universidade Estadual de Maringá (2020), com a realização de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que foram analisadas edições da revista “A Vida”. Durante o percurso, identificou-se a atualidade das lutas travadas por inúmeras mulheres anônimas.

Apesar dos preconceitos presentes no período dentro do movimento operário, o que está em jogo é a compreensão do papel da mulher e as possibilidades de luta e resistência em defesa de uma sociedade na qual os preconceitos de gênero sejam definitivamente banidos.

1.3 Revisão de literatura

Os estudos sobre os avanços, as vitórias e as derrotas do movimento anarquista no Brasil se devem, em parte, à epistemologia que os orienta. Isso não significa que o presente trabalho se coloca em uma perspectiva relativista sobre os fenômenos históricos. A nossa intenção é analisar, de forma rigorosa, o objeto em questão.

Ao retomar a questão dos estudos sobre o anarquismo no Brasil, Felipe (2022) apresenta um balanço sobre a produção historiográfica nas últimas décadas. Segundo a autora, parcelas significativas dos trabalhos realizados se concentram na atuação libertária na República Velha (1889-1930), sendo que autores desdenham a experiência ácrata como um movimento exótico oriundo da Europa e trazido pelos imigrantes. Tais experiências renderam uma série de fracassos nos primeiros decênios da República. Nesse sentido, a desordem e o “caos” anarquista seriam o motivo do fracasso das mobilizações operárias e, concomitantemente, da hegemonia do Partido Comunista no meio operário a partir da década de 1920.

A partir da década de 1980, nos anos finais da ditadura civil-militar, verificam-se novos estudos que apresentam outras análises sobre os libertários no Brasil, abordando outras formas de atuação das lideranças. Nesse ínterim, questões culturais, antes negligenciadas, são colocadas em destaque, como podemos identificar no trabalho de Jacy Seixas (1989).

A greve geral anarquista de 1917 e a repressão do Estado aos grevistas na cidade de São Paulo constituem o tema de estudo de Christina Lopreato (1996). O trabalho realizado por Margareth Rago (1985) é outra que merece atenção para a questão da participação feminina. Por fim, Flávio Luizetto (1984) abordou a relação entre a educação anarquista e a produção literária no movimento anarquista, de modo a evidenciar as experiências educacionais das escolas racionalistas.

Nos anos seguintes, outros trabalhos analisaram a atuação anarquista em nossas terras. São os casos, por exemplo, de Rodrigo Rosa da Silva (2005), que realizou análises a partir de fontes disponíveis dos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) e de periódicos libertários. Há, ainda, o trabalho de Rafael Viana (2014), que analisa as práticas libertárias no Brasil entre os anos de 1945 e 1964.

1.4 A liberdade e a solidariedade na acepção dos anarquistas

O surgimento do ideário anarquista pode ser identificado ao longo do século XIX e se confunde com as lutas dos trabalhadores diante das condições de exploração impostas pelo capitalismo em consolidação.

É possível compreendermos a emergência do anarquismo, como intimamente ligada ao contexto histórico do século XIX de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo. O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também como anteriormente mencionado, de formação de uma consciência de classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios

de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora (SILVA, 2011, p. 22).

Em linhas gerais, o contexto é marcado pela expansão dos ideais iluministas da Revolução Francesa e pelo declínio do poder absolutista dos monarcas, além do questionamento ao poder da igreja. Todavia, é somente em 1840, na obra “O que é a propriedade?”, de Proudhon¹, que a palavra anarquia começou a ser utilizada como um projeto político (GALLO, 2006).

Em “Os grandes escritos anarquistas”, Woodcock² define o caráter etimológico do ideal anarquista:

A origem da palavra anarquismo envolve uma dupla raiz grega: archon, que significa governante, e o prefixo an, que indica sem. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por consequência, anarquismo é a doutrina que prega que o Estado é a fonte da maior parte de nossos problemas sociais, e que existem formas alternativas viáveis de organização voluntária [...] (WOODCOCK, 1981, p. 11).

Nesses termos, “estar e viver sem governo” não significa a propalada desordem difundida pela imprensa burguesa, mas é a defesa incondicional da liberdade dos indivíduos em viver de forma autônoma e consciente, sem a presença ou, até mesmo, a interferência do Estado ou outras instituições, como a igreja. “Para Bakunin³, o Estado é a expressão máxima da autoridade, portanto da exploração, portanto da desigualdade” (GALLO, 2006, p. 82).

Bakunin (1983) declara que “o direito à liberdade, sem os meios para realizá-la, é apenas uma quimera”. E, nesse ponto, o autor enfatiza o lugar de relevo da educação no projeto social libertário, pontuando que a diretriz real e a condição positiva da liberdade são

¹ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo político e econômico francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do século XIX. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo, também, o primeiro a se autoproclamar anarquista, até então um termo caracterizado como pejorativo entre os revolucionários.

² George Woodcock (1912-1995) foi um prolífico escritor canadense de poesias, ensaios, críticas literárias, biografias e obras históricas. É lembrado por ter escrito *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements* (1962), uma das grandes sinopses do anarquismo.

³ Mikhail Bakunin (1814-1876) foi um teórico, político, sociólogo, filósofo e revolucionário anarquista. É considerado uma das figuras mais influentes do anarquismo, um dos principais fundadores da tradição social anarquista. A sua influência foi substancial entre os radicais da Rússia e da Europa.

o desenvolvimento integral e plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos. São, consequentemente, todos os meios materiais necessários à existência humana de todos. São, em seguida, a Educação e a instrução. Um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo (BAKUNIN, 1983, p. 30).

Isso posto, a doutrina libertária apresenta como pressuposto a difusão das ideias anarquistas por meio da persuasão, da propaganda, da educação. Os indivíduos devem compreender a justeza das aspirações libertárias para incorporar os ideais de autonomia, da autogestão, da luta direta e do internacionalismo. É a partir desses princípios materializados que os homens poderão exercer toda a sua criatividade, sem mediações dos poderes do Estado.

A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante [...] na medida em que não pretende simplesmente abolir a autoridade nas organizações, mas as estruturas autoritárias na sociedade, ou seja, não se trata de uma proposta conciliadora que pressupõe o fim do conflito entre capital e trabalho através da panacéia⁴ participativa, mas de outra coisa. Trata-se de uma mudança radical e revolucionária nas formas de gestão social (FARIA, 1985, p. 79).

Ao considerar que a ideia de liberdade para burguesia está associada à defesa da propriedade, da competição e do lucro, a liberdade para os anarquistas significa agir com responsabilidade vis-à-vis a coletividade. Porém, a ausência do Estado só será efetivada quando a organização entre os homens priorizar formas de relações diametralmente opostas daquelas apresentadas no modo de produção capitalista.

Outro princípio basilar do movimento anarquista diz respeito à solidariedade. Esta se manifesta na convivência entre os indivíduos, no auxílio mútuo em busca do bem comum. A solidariedade libertária não se confunde com os discursos piedosos do clero ou dos intelectuais burgueses. Trata-se de construir uma sociedade em que os bens produzidos sejam partilhados por todos, “sem pátria” ou padrão.

A respeito do tema, é interessante observamos o artigo de Edgar Leuenroth (1958, p. 1) no jornal “Ação Direta”:

⁴ Planta, beveragem, simpatia ou qualquer coisa que se acredite que possa remediar vários ou todos os males; o que se emprega para remediar dificuldades.

[...] o movimento libertário considera a humanidade como constituindo uma única família, tendo o mundo como pátria comum. Não dependendo do homem a escolha do lugar de seu nascimento, tanto ele vive para satisfação de suas necessidades e preferências nas frígidas regiões polares como nas tórridas dos trópicos. Está historicamente demonstrado não terem as fronteiras origem natural e que, sofrendo alterações constantes no decorrer dos séculos, têm servido para dividir os povos, alimentando as prevenções, desavenças, animosidades e ódios que dão motivos às guerras, causadoras, como a última, dos grandes males que atormentam a humanidade. Não se pode negar a natural afeição pela terra onde se nasce e cresce, onde se forma um lar, alimentando laços familiares e de amizades, onde se aprende a estudar e a trabalhar, onde se ama, luta e diverte [...]. Entretanto, esse sentimento afetivo ao próprio meio-ambiente não justifica a prevenção muito menos a animosidade contra povos de outras partes [...]. O convívio da humanidade entrelaça-se através de todos os mares e continentes, desprezando as fronteiras criadas de acordo com as conveniências daqueles que disputam o domínio do mundo. Nem as barreiras alfandegárias, nem o crivo das censuras reacionárias impedem o regime da cooperação e das permutas, que se intensifica cada vez mais, para satisfação das atividades econômicas, profissionais e técnicas, científicas e artísticas, esportivas e recreativas, bem como político-sociais [...]. Os libertários são, por isso, internacionalistas, isto é, pugnam para unir a humanidade numa comunidade única, fraternizada em populações autônomas, formadas por livre determinação, influenciadas por imperativos naturais e reunidas, pelos laços do livre federalismo, desde a pequena comuna rural até o distrito, o município e a zona, através de regiões e continentes.

A igualdade social é outro elemento importante defendido pelos diferentes autores do movimento anarquista e diz respeito ao fim da propriedade privada. Trata-se de construir, por meio das ações coletivas, uma sociedade sem hierarquia, exploradores e explorados, nem patrões, nem empregados. A premissa é que, se todos homens e mulheres são iguais, então todos deveriam usufruir dos bens produzidos coletivamente.

De tal modo, os temas apresentados permearam o vocabulário anarquista e as páginas da revista “A Vida” ao longo de 1914-1915. Oposto à autoridade, o periódico também se contrapõe a dogmas e, conseqüentemente, esteve aberto aos debates e às discussões do período. Tratava-se de difundir os ideais libertários entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Desse jeito, o projeto educativo e de sociedade se situava sob o ideal de liberdade e igualdade.

1.5 Tecendo os caminhos metodológicos

Este estudo foi organizado a partir da seleção e da análise de todos os números disponíveis da revista “A Vida”, além de uma revisão bibliográfica sobre as proposições anarquistas para a emancipação das mulheres e propostas para a educação. Os artigos do periódico entre 1914 e 1915 se encontram fotocopiados em um livro do mesmo nome que reproduz todas as edições disponíveis.

Não se trata da revista de maior visibilidade entre os que fizeram história na luta dos trabalhadores contra o capital. Além disso, não há nenhuma dissertação ou tese a respeito de sua trajetória. Nesse aspecto, entendemos que é uma contribuição original para aqueles que se propõem a estudar o movimento anarquista no Brasil e as suas proposições à educação de um novo homem para uma nova sociedade.

Como encaminhamento de pesquisa, levantamos a literatura pertinente ao tema e ao período em questão, destacando o contexto político, social e econômico. Em um primeiro momento, retomamos como o movimento operário anarquista se efetivou na Europa e, em um segundo momento, abordamos a efetivação dele em nosso território, que se fez presente com a chegada dos imigrantes europeus para trabalharem nas indústrias.

Também analisamos o papel da mulher presente nas publicações, da mesma maneira que as diferenças de gênero são encontradas no periódico. As mulheres anarquistas observavam questões que, até então, não eram pensadas pelos anarquistas clássicos, como a emancipação delas, seja no âmbito moral, social, político, seja no âmbito sexual, econômico e cultural. Elas não foram meras coadjuvantes do movimento e atuaram mostrando a opressão sentida em todas as questões, expressas na vida cotidiana e no trabalho, além de inovarem, apresentando uma nova vertente dentro desse vasto movimento, que é o anarcofeminismo⁵.

⁵ O anarcofeminismo é um movimento de luta pela libertação da mulher com atuação anarquista. Não tem líderes ou representantes, sendo sua organização autônoma, independente e espontânea, abominando-se as práticas autoritárias. Não busca mudanças por meio de instituições estatais, aprovações de leis, pelo voto ou com a entrada da mulher no poder. Ao contrário: é um movimento que acredita na prática da ação direta. Não visa à competição entre homens e mulheres, pois entende que os homens também são explorados pelo capitalismo e pelo Estado e que a culpa do machismo e da violência contra as mulheres provém desses dois elementos. O anarcofeminismo propõe uma sociedade anarquista, em que homens e mulheres sejam vistos como seres humanos

No Brasil, e mais especificamente em São Paulo no período conhecido como Primeira República (1889-1930) foram criados inúmeros símbolos – que no mais eram, senão parte dos ideais modernizadores da época – que tinham como finalidade principal formar um modelo único de mulher, a “esposa-mãe-dona-de-casa” assexuada e só dedicação aos filhos, ao marido e ao lar. Não há como deixar de colocar que esses símbolos já apresentados e o modelo ideal de mulher foram elaborados pela burguesia nascente da Primeira República, período de intensas transformações em todos os sentidos (políticos, econômicos, sociais, culturais e morais), com apoio das bases teóricas do Positivismo (corpo teórico burguês e considerado revolucionário depois da Revolução Francesa), da moral católica e da ciência, que afirmavam, cada um à sua maneira, a suposta inferioridade natural da mulher (MENDES, 2010, p. 3).

Nesse viés, Mendes (2010) aponta que as mulheres atuantes do movimento anarquista pensavam ante muitos outros investigadores, propondo bases teóricas do anarquismo como um meio para a emancipação delas, a educação sexual e libertária, o amor livre, a maternidade consciente e a livre união, além de discutirem as relações hierárquicas existentes no movimento, principalmente as vinculadas ao sexo e ao machismo nos meios operários.

Para dar conta do proposto, foram analisados artigos encontrados no periódico, cujos títulos são: “O Desperdício da Energia Feminina”, “A Regulamentação do Serviço Doméstico” e “Bibliografia Brasileira sobre a Questão Social”. Esses textos manifestavam o papel da mulher na apropriação das energias favoráveis à espécie, ou seja, a ação delas no trabalho humano, retratando que o papel das mulheres para os burgueses era apenas de servir a casa e cuidar dos filhos. Aquelas que se atiravam nos estudos superiores eram malvistas pela sociedade.

De acordo com a revista “A Vida” (1914):

A mulher é para a caza, dizem os burguezes, e para cuidar dos filhos. Mas o burguez que assim fala quer um guarda-livros hábil para o seu negocio e um veterinario experto para o seu cavallo. E' bem de ver que o burguez nesse caso, coloca o negocio e o cavallo acima do filho. (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 31-12-1914 p.7)

íntegros e completos, e que as mulheres, por serem discriminadas, possam ser respeitadas e vivam livremente suas vidas, tendo autonomia sobre elas e seus corpos.

À vista disso, a revista não apenas denunciava a situação de desigualdade de gênero presente nas relações capitalistas, mas também buscava educar e convencer os seus leitores para a constituição de uma nova ordem social.

Assim, estudamos, também, a importância da imprensa como fonte de pesquisa, visto que ela permite aos pesquisadores compreender uma série de questões, como projetos, organização da sociedade, educação e disseminação de valores.

[...] se durante muito tempo foi desprezada pelos historiadores de formação positivista que a consideravam “pouco confiável” devido a carga de subjetividade que carrega, hoje a utilizamos, sobretudo, devido a essa subjetividade, mais ainda pelo seu caráter de formadora de opinião (VIEIRA, 2012, p. 48).

Por conseguinte, é possível classificar a imprensa como uma construção educativa, porém tudo o que é colocado nela deve ser analisado, visto que ela é a mensageira de interesses e de objetivos oriundos de uma classe social, buscando sempre convencer o leitor de que os interesses nela colocados são interesses universais.

Então, é importante ter clareza de que os documentos selecionados não falam por si. Faz-se substancial que o investigador saiba questionar as fontes a partir de um determinado contexto em que foram produzidas no calor das lutas sociais. Destarte, é fundamental

[...] não se tomar a aparência como evidência, a de dar conta da natureza dialeticamente contraditória da própria aparência e, em decorrência, a necessidade de não perder de vista a riqueza que as aparências comportam no que têm, a um tempo, de revelação-dissimulação da essência do fenômeno investigado (RIBEIRO, 2004, p. 91).

Logo, a forma pela qual o historiador da educação – ao considerar a sua perspectiva epistemológica e o recorte elegido – seleciona as fontes e as analisa, sempre tendo em vista o seu método de inquirição, trará informações sobre uma determinada realidade social.

Outra questão que nos parece fundamental sobre a relação estabelecida entre o pesquisador e as fontes diz respeito a não se restringir tão somente à seleção, o que não pode ser caracterizado como uma pesquisa. Trata-se de avançar – e ter muito clara – a perspectiva teórica que possibilitará a investigação

rigorosa do objeto em movimento na história. Posto isso, não é qualquer tipo de análise que propicia enxergar mais longe, mas, sim, aquela que tenha como diretriz um conhecimento objetivo e que permita desvelar o que se encontra para além das aparências.

1.6 Ordenamento da dissertação

A fim de cumprir com o objetivo de analisar e compreender as abordagens relacionadas à questão de gênero, ao papel feminino e à proposta de formação do homem presente no periódico, igualmente, responder quais princípios eram fundamentais na constituição de uma sociedade anarquista por meio dos artigos publicados na revista “A Vida”, no período delimitado, temporalmente, entre 1914 a 1915, os resultados da pesquisa são apresentados nas seções que, na devida ordem, intitulam-se: “Breves apontamentos sobre a origem do movimento anarquista”; “Movimento operário, educação e imprensa anarquista no Brasil”; e “O papel atribuído às mulheres nas páginas da revista “A Vida””.

A segunda seção é destinada à contextualização da origem do anarquismo na Europa e à discussão de seus ideais trazidos com os imigrantes espanhóis e italianos em decênios finais do século XIX e iniciais do século XX. O anarquismo surgiu em um cenário demarcado pelo desenvolvimento do capitalismo, posterior à Revolução Industrial e ao crescimento do comércio agrícola. A corrente se apresenta como uma resposta das classes dominadas às insuficiências de correntes políticas atuantes naquele momento.

No Brasil, os imigrantes europeus começavam a chegar e alguns deles traziam ideais anarquistas. Assim, o movimento operário e o processo de industrialização começaram a ser notados, pois transportavam até as fábricas esses ideais, a fim de romper com situações brutais de exploração de mão de obra, durante o processo de industrialização.

Na terceira seção, apresentamos o surgimento do movimento e da imprensa operária anarquista no Brasil. No início do século XX, na dianteira de uma República recém-proclamada (1889), o Brasil vivenciou uma série de transformações. O processo progressivo de urbanização, a diversificação das

atividades econômicas e o nascimento das primeiras fábricas contribuíram para o surgimento de novos interesses.

Com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, o movimento operário e o processo de industrialização começaram a ser notados. O caráter agrário exportador ainda prevalecia, mas a produção industrial se deu como uma alternativa para os proprietários que se associavam subordinadamente ao capital estrangeiro, ou seja, iniciava-se uma burguesia industrial que permanecia vinculada aos interesses dos proprietários rurais.

Diante dessa conjuntura, marcada pelo crescimento das atividades fabris e de centros urbanos, a formação da classe operária foi constituída no território brasileiro; o cenário era demarcado pela ausência de legislação que regulamentasse as relações entre capital e trabalho, e aqueles excluídos de ocupações formais eram rotulados pelo Estado de “desordeiros”, “vadios” etc.

A quarta e última seção conta com uma análise de como a mulher é retratada nas páginas da revista “A Vida”. O periódico se preocupava em discutir problemas que cercavam o cotidiano dos trabalhadores, como a guerra, a situação da mulher, os mecanismos para a sucessão presidencial e a recuperação histórica dos primeiros núcleos operários no país.

As publicações eram destinadas a informar as lutas e a organizar os trabalhos, além de cumprir com o papel de educar para a construção de uma nova sociedade, os anarquistas escreviam no sentido de envolver os trabalhadores, criar espaços para a divulgação das suas ideias e defender os direitos públicos da escola por meio de manifestações.

Em linhas gerais, buscamos, com este trabalho, compreender o papel reservado à mulher na revista “A Vida”, a atuação e a origem do movimento anarquista no Brasil, por intermédio do contexto econômico, social e político do período em questão.

2. APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DO MOVIMENTO ANARQUISTA

Quando estudamos sobre o anarquismo, uma das primeiras questões que surgem é sobre a sua origem e as suas bases. Para isso, é preciso conhecer uma definição clara do que podemos chamar de anarquismo. Errico Malatesta⁶ define a palavra anarquia a partir do seu significado linguístico: a palavra anarquia vem do grego e significa sem governo, “estado de um povo que surge sem autoridade constituída, sem governo” (MALATESTA, 2001, p. 11).

Dessarte, faz-se possível perceber que anarquia é o estado ou a forma de uma sociedade se organizar e que se almeja construir, mas, quando partimos da definição de anarquismo, há diferenças, uma vez que, para os historiadores, o anarquismo é o movimento que luta pela construção de uma sociedade livre, por meio da derrubada do Estado e de todas as suas instituições, bem como a destruição das formas de autoridade.

Max Nettlau⁷, o primeiro historiador anarquista, fez de sua vida uma busca por essas origens e pela história do anarquismo. Para ele, não há como separar uma história da ideia anarquista da “história de todas as evoluções progressivas e das aspirações à liberdade” (NETTLAU, 2008, p. 27); entretanto, o anarquismo, como tal, teve o seu desenvolvimento em um momento histórico favorável, em que “surge essa consciência de uma existência livre” (NETTLAU, 2008, p. 27) pregada pelos libertários – e em que os fundamentos autoritários são contestados, e os sentimentos de solidariedade social exaltados.

Kropotkin⁸, por outro lado, afirmava que as raízes do anarquismo podiam ser encontradas no conflito entre autoridade e liberdade já existente na “Idade da Pedra”, em que o homem primitivo buscava, naturalmente, padrões de cooperação.

⁶ Errico Malatesta (1853-1932) foi um teórico e ativista anarquista italiano.

⁷ Max Heinrich Hermann Reinhardt Nettlau (1865-1944), mais conhecido como Max Nettlau, foi um dos mais importantes historiadores e arquivistas do anarquismo.

⁸ Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921) foi um geógrafo, economista, cientista, político, sociólogo, zoólogo, historiador, filósofo e ativista político russo, um dos principais pensadores do anarquismo no fim do século XIX, considerado, também, o fundador da vertente do anarcocomunismo.

Mas o que parece até um “consenso” entre os historiadores do anarquismo é que os estoicos, na Grécia Antiga, foram os primeiros a conceber uma sociedade em que todos os homens eram dignos como iguais, rejeitando, qualquer ideia de “Estado”.

Robert Owen⁹ foi outra grande influência ao pensamento anarquista, já que pensava sobre a cooperação na produção e na distribuição e se preocupava com as melhores condições para a cooperação equitativa, “que exigisse boa vontade individual, organização técnica e outras organizações indispensáveis” (NETTLAU, 2008, p. 54). Além disso, vale citar que Charles Fourier¹⁰ foi um expoente importante para a compreensão das origens do pensamento anarquista, uma vez que recomendava socialismo de associação voluntária, uma organização técnica perfeita que permitisse uma vida harmônica a todos os membros de uma comunidade.

Em resumo, podemos dizer que do fourierismo¹¹ surgiram numerosas vias rumo a um socialismo libertário e homens como Élisée Reclus¹² sentiram-se, por toda a sua vida, atraídos por essas duas ideias: associação e comuna, isso quer dizer que eles sentiram que essas duas concepções, amplamente interpretadas, constituíam, na realidade, uma única: o esforço para organizar uma vida harmoniosa, à margem daquela, inútil e nefasta, do Estado (NETTLAU, 2008, p. 58).

Nenhum desses autores citados se denominavam anarquistas; foi só em 1840 que surgiu a mais importante publicação do primeiro autor a se denominar, assim, Pierre Joseph Proudhon¹³. Influenciado por Mikhail Bakunin, Karl Marx e Fourier, ele confrontava qualquer forma de autoridade, defendendo a livre

⁹ Robert Owen (1771-1858) foi um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Compete pontuar que foi um dos mais importantes socialistas utópicos.

¹⁰ François Marie Charles Fourier (1772-1837) foi um socialista francês da primeira parte do século XIX, um dos pais do cooperativismo. Foi, também, um crítico ferino do economicismo e do capitalismo de sua época, e adversário da industrialização, da civilização urbana, do liberalismo e da família baseada no matrimônio e na monogamia.

¹¹ Teoria de organização social, preconizada por Charles Fourier, que defendia uma sociedade baseada em associações comunitárias de produtores e na qual os homens teriam ocupações correspondentes às suas paixões e tendências pessoais.

¹² Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905) foi um geógrafo e um militante anarquista francês. Foi membro da Comuna de Paris e da Primeira Internacional dos Trabalhadores.

¹³ Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo político e econômico francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do século XIX. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo, também, o primeiro a se autoproclamar anarquista, até então um termo considerado pejorativo entre os revolucionários.

organização. Nota-se, em seu livro “O que é Propriedade?”, a inauguração do pensamento anárquico:

[...] a propriedade e a realeza têm-se quebrado em pedaços desde que o mundo começou. Assim como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade busca ordem na anarquia. [...] a propriedade, por seu despotismo e usurpação, logo se mostra apassiva e antissocial (WOODCOCK, 1981, p. 62).

De acordo com Nettlau, depois da Revolução Francesa, muitos pensadores ficaram apáticos e somente Proudhon se atreveu a falar, pensando na emancipação intelectual, política e social, que implicava o desenvolvimento da humanidade.

Em conclusão, para o período considerado até aqui [1840] a ideia anarquista teve defensores múltiplos e variados que se exprimiam de maneiras diferentes. Ela era o resultado de uma evolução natural e não de uma propaganda artificial. De 1760 a 1860, Diderot e Lessing, Sylvain Maréchal, Goldwin, Warren, Proudhon, Max Stirner, Élisée Reclus, Bellegarrigue, Couerderoy, Déjacque e Pi i Mangall e os trabalhadores catalães, ao lado de Bakunin e de Pisacane, todos esses homens de valor lançaram um desafio à autoridade (NETTLAU, 2008, p. 138).

Portanto, percebe-se que, no tocante à definição de anarquismo, os libertários divergem seus pensamentos em relação a vários assuntos. Mikhail Bakunin afirmava que é a natureza do homem que o difere das outras espécies animais, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, social e individualista.

O homem, indivíduo animal, assim como os animais de todas as outras espécies, tem, tão logo começa a respirar, o sentimento imediato de existência individual; mas só adquire a consciência refletida de si mesmo, consciência que constitui propriamente sua personalidade, por meio da inteligência, e, conseqüentemente, em sociedade. Vossa personalidade mais íntima, a consciência que tendes de vós mesmos em vosso foro interior, não é, de certa forma, senão o reflexo de vossa própria imagem, refletida e enviada a vós, como por meio de um conjunto de espelhos, pela consciência, tanto coletiva, quanto individual de todos os seres humanos que compõem vosso mundo social. Cada homem que conheceis e com o qual vos encontrais em relação, direta ou indireta, determina, mais ou menos, vosso ser mais íntimo, contribui para fazer de vós o que sois, construir vossa personalidade. Em conseqüência, se estais cercados de escravos, mesmo que sejais senhor deles, implica dizer que sois também escravo, pois a consciência dos escravos não pode refletir senão vossa imagem aviltada. [...] os vícios de vosso meio social são vossos vícios, e só

podereis ser um homem realmente livre se estivésseis cercados de homens realmente livres, bastaria a existência de um único escravo para diminuir a vossa liberdade (BAKUNIN, 2008, p. 31-32).

Bakunin, Malatesta, Nettlau e Kropotkin pensavam que, durante a humanização dos animais, a autoridade prevaleceu, e um homem se deu o direito de subjugar outros homens, fazendo com que trabalhassem para ele. Por conseguinte, a luta da humanidade passou a ser empreendida para negar essa autoridade e construir uma sociedade livre. Consequentemente, é possível perceber as ideais gerais do anarquismo por meio de um dos textos de Malatesta:

1. Abolição da propriedade (privada ou estatal) da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha os meios de explorar o trabalho dos outros e para que todos, assegurados os meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente uns com outros, no interesse comum e conforme suas afinidades e simpatias pessoais;
2. Abolição do Estado e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros. Portanto, abolição do trabalho de todos os órgãos governamentais e todos os elementos que lhe são próprios, bem como de toda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e de punir;
3. Organização da vida social por meio das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme a vontade de seus componentes, guiados pela ciência e pela experiência, e libertos de toda obrigação que não se origine da necessidade natural, à qual todos, de bom grado, se submeterão quando lhe reconheçam o caráter inelutável;
4. A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar, particularmente às crianças e a todos os que sejam incapazes de prover a própria subsistência;
5. Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras, mesmo as que se ocultam sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até os graus mais elevados;
6. Guerra às rivalidades e aos preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos;
7. Libertação da família de todas as sujeições, de tal modo que ela resulte na prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física (MALATESTA, 2008, p. 2).

Malatesta define os princípios gerais do anarquismo, que também pode ser compreendido como princípios para a maioria dos libertários, já que a destruição da sociedade e a construção da anarquia só seriam alcançadas por meio de uma ação direta das massas contra o Estado e a burguesia.

Dessa maneira, o anarquismo objetiva aumentar a sua força social, por intermédio de lutas que impliquem a participação da população, em busca da autogestão e da consciência de classe, relacionando-se aos princípios políticos-ideológicos. Para Correa (2012, p. 87):

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão. O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade (econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica).

Assim, ainda que os anarquistas afirmem a centralidade nas lutas de classes, eles se opõem à dominação, pois consideram injustas as relações dominadoras estabelecidas entre as classes dominantes.

Outra característica presente no movimento anarquista é o antimilitarismo. Para os libertários, as guerras que presenciaram entre diferentes nações se constituíam em ações que atendiam aos interesses econômicos das classes dominantes que se utilizavam dos trabalhadores para uma luta que não trazia a eles nenhum benefício. Por fim, cumpre acrescentar que os conflitos se multiplicavam nos campos e nas cidades, muitos com a participação de trabalhadores.

2.1 Contexto histórico do surgimento do anarquismo

O surgimento das correntes anarquistas dentro do movimento operário europeu, na segunda metade do século XIX, não pode ser dissociada das experiências de luta do operariado em busca de superação das condições miseráveis que o capitalismo impunha aos trabalhadores.

Dessa forma, buscamos apresentar, nas linhas seguintes, um panorama geral de suas origens e proposições que tiveram como berço a Europa, mas que chegaram ao Brasil pelas mãos dos trabalhadores imigrantes.

Durante o período, o fortalecimento e a mundialização do capitalismo aconteciam a partir de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial e com a economia global surgindo nos anos 1870. Além disso, os Estados Modernos protagonizaram a expansão da população mundial e as novas tecnologias desenvolvidas.

O avanço da ciência, da escolarização e das contradições oriundas do modo de produção capitalista também contribuiu para os questionamentos da ordem estabelecida. As explicações de base teológica não satisfaziam mais. Os valores da igualdade e da liberdade individual se contradiziam com as condições miseráveis de existência dos trabalhadores. Além do exposto, as lutas empreendidas pelo movimento operário contribuíram para a percepção de que o futuro poderia ser modificado pelas ações dos homens.

As próprias condições materiais criadas pelo capitalismo industrial e as instituições do Estado Moderno possibilitaram a comunicação mais rápida entre os diferentes grupos de trabalhadores: anarquistas, socialistas, sindicalistas e comunistas.

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. [...].

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou extraordinariamente a população urbana em relação à dos campos e, desde modo, arrancou uma parte significativa da população da idiotia da vida rural. (MARX; ENGELS, 1998, p. 9)

Se a burguesia criou maravilhas para o mundo moderno, também criou o proletariado e o seu movimento como um grito dos oprimidos contra a exploração. Desse modo, as diferentes formas de luta e orientação política dos trabalhadores contra os capitalistas apontaram para o desdobramento das contradições que o capitalismo engendrou.

Acompanhado desse processo, acontecia um crescimento na imigração de trabalhadores, das tecnologias em geral, como transportes e comunicações, e dos

conflitos sociais. Estes, por sua vez, contribuem para a concepção de que os oprimidos podem transformar a sociedade a seu favor, opondo-se às classes dominantes, já que não concordam com as ideologias e políticas da época.

O trabalho capitalista desumano, que implicava jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho, contribuiu para o fortalecimento das posições anticapitalistas. Os Estados brutais, baseados na repressão e na intervenção expansionista, colaboraram com o estabelecimento de posições antiestatistas. O racionalismo e os valores difundidos contribuíram para que se elaborassem análises críticas da realidade e objetivos de transformação revolucionários e socialistas. Experiências históricas precedentes demonstravam, crescentemente, a necessidade de um projeto próprio das classes dominadas e de um movimento transformador que as tivesse como centro; não podiam, conforme foi sendo percebido, continuar a ser utilizadas na construção de projetos das classes dominantes. Tradições políticas anteriores, pautadas na tomada violenta do poder por minorias conscientes, demonstravam sua ineficácia na emancipação dos trabalhadores e apontavam para a necessidade de processos transformadores de bases mais amplas e democráticas, que pudessem, realmente, promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade (CORREA, 2013, p. 18).

O processo de consolidação das relações capitalistas de produção ao longo do século XIX foi caracterizado pelo crescimento acelerado da produção e do comércio. Porém, a riqueza produzida pelos trabalhadores não significou melhorias em suas condições de existência. Com a separação definitiva entre capital e trabalho, coube ao proletariado tão somente vender a sua força de trabalho aos donos do meio de produção.

Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo¹⁴ das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como “questão social” (NETTO, 2010, p. 30).

Nas nações capitalistas hegemônicas, foi evidente o processo de enriquecimento de uma pequena parcela que auferiu ganhos e privilégios advindos do capital em contraste à massa de trabalhadores que sobrevivia na pobreza

¹⁴ Absoluta pobreza; miséria, paupérie.

absoluta, obrigados a trabalhar 16 horas diárias em ambientes insalubres, com iluminação precária, falta de higiene e com risco sempre presente à saúde e integridade física.

Nesse sentido, as condições de vida e de trabalho do nascente proletariado foram marcadas pela total ausência de direitos, baixos salários que se traduziram na fome, em índices crescentes de alcoolismo, prostituição, trabalho infantil etc. Tais condições eram ainda mais insuportáveis à medida que contrastavam, de maneira brutal, ao novo estilo de vida desenvolvido pela burguesia industrial.

O que resta a essa gente – quando não encontra trabalho e não se dispõe a rebelar-se contra a sociedade – senão mendigar? Não há, pois, por que assombrar-se com o exército de pedintes, a maioria homens em condições de trabalhar, com o qual a política está constantemente em guerra. Mas a mendicância desses homens tem um caráter específico. Quase sempre errantes, em companhia da família, vão cantando pelas ruas versos lamurientos¹⁵ ou apelando à caridade dos passantes com um pequeno discurso; é surpreendente notar que esses mendigos se encontram em especial nos bairros operários e sobrevivem quase exclusivamente com esmolas dos operários (ENGELS, 2010, p. 127).

É dentro desse contexto que se desenrola o movimento operário europeu ao longo do século XIX. Adiante do quadro de miséria e exploração da força de trabalho, o operariado desenvolveu formas de luta e resistência que expressaram o protesto contra as condições de vida e trabalho.

Em um primeiro momento, os trabalhadores se revoltaram contra as máquinas e organizaram em associações secretas com o objetivo de destruí-las: tratava-se do movimento ludista¹⁶. Acreditava-se que a sua destruição representaria a recuperação das condições de trabalho perdidas. Porém, naquele momento histórico, não foram capazes de compreender que o grande problema não era a máquina, mas a sua apropriação pelos donos das fábricas que controlavam a produção.

¹⁵ Lamentação interminável, que importuna e que a nada leva; queixume, queixa, ato de falar de modo triste; lamento.

¹⁶ O Ludismo foi um movimento que ocorreu na Inglaterra durante o século XVIII. Os luditas, geralmente, agiam de modo secreto, endereçando cartas anônimas aos seus patrões e exigindo o fim do uso das máquinas que restringiam a oferta de emprego. Além disso, quebravam as máquinas em forma de protesto frente às más condições de trabalho.

Posteriormente, ainda na primeira metade do século, as revoltas operárias e greves, dentre outras manifestações, originaram o movimento cartista¹⁷, que pautava a sua luta na representação operária no parlamento. Como se vê, já é possível perceber, por consequência, um amadurecimento das lideranças operárias na organização da luta dos trabalhadores.

Ao considerar as experiências de luta dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XIX, é possível afirmar que, nos anos de 1830, já encontramos, nas aspirações do proletariado, a formação de sua consciência de classe. Subia ao palco da história uma nova classe que se contrapunha aos interesses da burguesia.

Já na década de 1840, as tensões políticas entre burguesia e proletariado se tornaram ainda mais aguçadas. As revoluções que ocorreram em 1848 espalharam barricadas pelo continente europeu. Diversos operários pagaram um preço muito alto na luta por direitos. Por conseguinte, em termos sociais, difundia-se a ideia da possibilidade da construção de uma sociedade de homens livres e iguais.

É possível compreendermos a emergência do anarquismo, como intimamente ligada ao contexto histórico do século XIX de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo. O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também como anteriormente mencionado, de formação de uma consciência de classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora (SILVA, 2011, p. 22).

Ademais, o século XIX presenciou o processo, iniciado nos séculos anteriores, de consolidação dos Estados Modernos, que forjaram estruturas administrativas centralizadas e hierarquizadas com força repressiva para a manutenção da ordem e das fronteiras. Os Estados se impuseram,

¹⁷ Recebe o nome de cartismo o primeiro movimento de massa das classes operárias da Inglaterra, ocorrido entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, e que, basicamente, exigia melhores condições para os trabalhadores na indústria, bem como igualdade jurídica e política para os trabalhadores.

fundamentalmente, pela violência e repressão contra os seus opositores para a manutenção dos privilégios dominantes.

Nessa perspectiva, o movimento ácrata foi forjado a partir de determinadas práticas das classes trabalhadores e formuladas por diferentes autores identificados com o pensamento libertário. O objetivo do movimento se pauta na transformação da sociedade por meio das classes dominadas, substituindo o poder dominante por relações sociais autogestionárias. No entanto, para que esses objetivos fossem alcançados, era necessária a construção de uma nova cultura e moral que não fossem permeadas pelos dogmas religiosos ou do Estado burguês.

Assim, o movimento anarquista, com todas as suas variantes, pode ser identificado como uma das expressões da luta de classes. As diferentes perspectivas presentes no interior do proletariado procuraram estabelecer meios de reformar ou revolucionar a ordem social marcada pela exploração do homem pelo homem. Por isso, as experiências de luta anteriores dos trabalhadores, na luta pela conquista de direitos, evidenciaram a importância de um projeto de classe que pudesse significar a transformação da realidade econômica da classe trabalhadora. Já não era possível acreditar em uma transformação a partir das diretrizes burguesas. Em vista disso, em 1840, coube a Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) a caracterização positiva do termo anarquista.

Proudhon, em 1840, faz oposição com seu apelo à anarquia e denuncia os malefícios de toda autoridade, quer seja religiosa, estatista ou vinda da propriedade ou do socialismo. Com ele o socialismo integral, o das emancipações reais e completas, começou (NETTLAU, 2008, p. 75).

No contexto histórico de meados do século XIX, Proudhon levanta a necessidade de reformulação da sociedade que se apoia na propriedade privada como meio de dominação dos proprietários sobre os não proprietários. Nessa perspectiva, o homem destituído da posse da terra ou dos meios de produção é submetido à exploração e à autoridade do mais forte.

No campo econômico, Proudhon propõe o mutualismo, que consiste na livre associação entre os homens, conforme as suas necessidades. Tais organizações, segundo a vontade coletiva, eliminariam a necessidade do Estado, instituição entendida como um instrumento de conservação da propriedade e dos privilégios.

(o mutualismo) pretende organizar a sociedade em bases igualitárias, dá à classe operária um caráter progressista. A realização dessa ideia virá com o federalismo. O federalismo garantirá a verdadeira soberania do povo, já que o poder virá das camadas mais baixas e ficará nas mãos dos grupos naturais (WOODCOCK, 2002, p. 158).

Isso posto, é possível afirmar que as ideias anarquistas não surgiram desvinculadas da luta de classes e das experiências pretéritas do movimento operário europeu. Para além de Proudhon, outros intelectuais inseridos na organização do proletariado também teorizaram as formas de superação da exploração do homem. Dessarte, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi o espaço de luta para que as ideias comunistas e anarquistas tivessem maior visibilidade.

Foram essas condições históricas que, somadas às iniciativas de um número significativo de trabalhadores, possibilitaram as visitas mútuas entre operários ingleses e franceses, a partir de 1862, que culminaram na fundação da AIT, em 1864, conhecida posteriormente como Primeira Internacional (1864-1877). Fundada em Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria trade-unionista, a AIT tinha por objetivo criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos comuns. A AIT constituiu um espaço que propiciou as condições para o surgimento do anarquismo, alguns anos depois de sua fundação (CORREA, 2013, p. 19).

Alguns anos mais tarde, após a fundação da AIT, em 1868, Mikhail Bakunin (1814-1876), outro expoente do movimento anarquista, ingressou na Internacional com o propósito de organizar, no interior da associação e sob a sua própria direção, outra organização, denominada “Aliança da Democracia Socialista”. O revolucionário russo objetivava a representação científica de seus postulados, ainda que não os tivesse teoricamente claros. Em seu programa, encontramos uma série de princípios sobrepostos e mal organizados entre si: “igualdade entre classes”, extinção do direito de herança, a abstenção diante do movimento político” etc. (COGGIOLA, 2010).

A perspectiva teórico-prática de Bakunin propunha, como alternativa revolucionária, a insurreição popular pela organização espontânea dos trabalhadores. A materialização da sociedade livre e antiautoritária, presente entre

as lideranças anarquistas, requeria a completa superação de todas as formas de política estatal e burguesa.

Em toda a carreira de Bakunin está presente a ideia de ação especificamente de ação revolucionária – como uma força purificadora e reformadora. Ela é assim para a sociedade e para o indivíduo [...]. A ação revolucionária, em outras palavras, era para ele (Bakunin) uma liberação pessoal, uma espécie de catarse, uma reabilitação moral (WOODCOCK, 2002, p. 196).

Como desprezo pela autoridade do Estado, expressão dos privilégios de poucos e de sua dominação, Bakunin articula uma teoria sobre o Estado, a fim de evidenciar como essa instituição se utiliza do aparato jurídico e militar para a imposição dos interesses dos proprietários e dominar os dominados. Se isso já não fosse o suficiente, o autor russo demonstra que o Estado toma as decisões de feito monocrático ao mesmo tempo em que desconsidera as demandas dos trabalhadores.

Em síntese, na crítica ao Estado promovida por Bakunin, o aspecto central consiste na compreensão do Estado como um instrumento de coerção devido às classes que o dirigem. Nesse sentido, o Estado é, concomitantemente, causa e consequência do capitalismo.

É necessária a abolição do Estado, que nunca teve outra missão a não ser a de regularizar, sancionar e proteger, com a benção da Igreja, a dominação das classes privilegiadas e a exploração do trabalho popular em proveito dos ricos [...]. É preciso: a reorganização da sociedade, de baixo para cima, pela formação livre e pela livre federação das associações operárias, tanto industriais e agrícolas como científicas e artísticas (BAKUNIN, 2014, p. 157).

Nesses termos, o movimento anarquista expressou uma das formas de resistência do operariado europeu contra as condições miseráveis de vida e trabalho existentes no contexto da industrialização europeia.

É possível compreendermos a emergência do anarquismo, como intimamente ligada ao contexto histórico do século XIX de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo. O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também como anteriormente mencionado, de formação de uma consciência de

classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora (SILVA, 2011, p. 22-23).

Ainda na segunda metade do século XIX, a Comuna de Paris (1871)¹⁸ marcou, definitivamente, a experiência de luta da classe trabalhadora ao esboçar, na prática, o autogoverno dos produtores ao mesmo tempo em que tomava o poder político na capital francesa.

Sem dúvida, a Comuna se constituiu em um governo dos trabalhadores contra a classe dominante. Tratava-se de construir a emancipação econômica daqueles que, de fato, produziam a existência da sociedade. Nunca na história do capitalismo, até então, houve uma experiência tão viva por parte dos trabalhadores na organização de um regime de autogoverno. Todavia, a vitória definitiva não foi possível em função do aniquilamento da experiência operária pelas forças de repressão.

Segundo Correa (2013), na Europa, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, o movimento anarquista concentrou os seus esforços na criação e no fortalecimento de sindicatos na Holanda, na Espanha, em Portugal, na Itália etc. Porém, além da organização sindical, correntes do movimento anarquista defenderam a divulgação dos ideais libertários por meio das ações diretas, tais como atentados políticos.

Outra experiência importante do movimento anarquista na Europa foi a iniciativa no âmbito da educação popular. À vista disso, é importante apontar que, na segunda metade do século XIX e início do século XX, a educação escolar ganhava destaque na pauta de inúmeros órgãos de imprensa, autoridades e, até mesmo, dentro do movimento operário. O movimento anarquista também dedicou atenção especial ao tema, mas não na perspectiva burguesa. O interesse se concentrava na formação política dos trabalhadores para a luta contra o patronato.

¹⁸ A Comuna de Paris, nascida em 18 de março de 1871, foi uma das mais importantes insurreições populares do século XIX. A capital francesa foi evacuada assim que as massas populares a tomaram. Esse evento foi resultado de diversos fatores específicos do período: a crise nacional do regime bonapartista, que começava a declinar; o abalo provindo da Guerra Franco-Prussiana; e, principalmente, a ascensão da ideologia e do desenvolvimento político de ideais socialistas entre o proletariado europeu, demarcados pela expansão da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Em relação à educação, os textos dos pioneiros do anarquismo, como Max Stirner, P.-J. Proudhon, Mikhail Bakunin e, pouco mais tarde, Emma Goldman, Piotr Kropotkin, Paul Robin, Elisée Réclus, Sebastien Faure, Francisco Ferrer y Guardia, João Pentead, todavia, não implicam na crença pueril de que a criança educada por pais libertários e em escolas construídas nessa filosofia a levaria a ser um adulto anarquista ou, ao menos, comprometido com a transformação da sociedade alicerçada em valores como liberdade, justiça e autonomia (GALLO; FERREIRA, 2021, p. 12).

Não se tratou de conferir à educação libertária o poder de redenção da humanidade, mas de entendê-la como um dos meios de luta para a superação da sociedade profundamente desigual. França, Espanha e Itália se constituem em exemplos de nações em que o operariado organizou escolas ou, até mesmo, universidades populares, tendo como princípios os fundamentos da educação libertária. Tratava-se de configurar um novo indivíduo para uma nova sociedade.

As práticas educativas libertárias, no contexto dos anos iniciais do século XX, apresentam características amparadas na ideia de uma formação integral do indivíduo.

A ideia moderna – de educação integral – nasceu do sentimento profundo de igualdade e do direito que cada homem tem, quaisquer que sejam as circunstâncias de seu nascimento, de desenvolver, da forma mais completa possível, todas as faculdades físicas e intelectuais. Estas últimas palavras definem a Educação Integral (MORIYÓN, 1989, p. 88).

Os educadores das escolas anarquistas compreendiam a importância da formação da classe trabalhadora. Estimulavam a matrícula de meninas e meninos para a coeducação, contrapondo-se ao moralismo católico. O caráter anticlerical dos libertários se justificava pela posição dogmática da igreja e pelas alianças da instituição com os interesses das classes dominantes.

Dessa maneira, quando é abordada a história da educação anarquista e se verificam as experiências forjadas e mantidas pelo movimento, da mesma forma que as práticas da educação informal, em diferentes oportunidades mediadas pela arte, pela luta sindical, por festas e teatros, fica evidente o caráter antiautoritário presente no ideário pedagógico anarquista.

3. MOVIMENTO OPERÁRIO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA ANARQUISTA NO BRASIL

Durante o reinado de Pedro II (1840-1889), ocorreram múltiplas transformações na sociedade brasileira. As primeiras ferrovias foram construídas, substituindo os meios de transportes tradicionais; as fábricas de açúcar foram se modernizando e, nas fazendas de café, foram introduzidos processos mais aperfeiçoados, o que aumentou a produtividade.

As indústrias no Brasil davam os seus primeiros passos sem que isso significasse a superação da condição agrário exportadora de nossa economia. De acordo com Costa (1999, p. 305), em pouco mais de dez anos, o número de indústrias passou de 175, em 1874, para mais de 600. A economia se tornava mais complexa, e o sistema escravista apresentava sinais de crise em função do fim do tráfico negreiro (1850) e da maior produtividade da força de trabalho livre; em algumas regiões, a propósito, assistiu-se o fenômeno da urbanização.

Os grupos ligados à incipiente indústria pleiteavam a proteção do governo. Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos de representantes do que se poderia chamar a pequena e média burguesia. Tratava-se de elementos ligados a atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos etc., cujo número crescia progressivamente dando origem a uma população urbana (ADDE, 2012, p. 13).

Independentemente do processo de crise do Regime Monárquico no Brasil, que se arrastava pelas últimas décadas do século XIX, a ideia republicana não alcançava o grande público. Na verdade, o movimento republicano representava a cisão no interior das classes dominantes e a incapacidade de a Monarquia proceder as reformas pretendidas pelas novas camadas em ascensão.

Ao considerar que, por meio do voto, não se registrariam mudanças pretendidas, as lideranças republicanas, representando os interesses dos grupos economicamente hegemônicos, e o golpe militar foram as alternativas encontradas para varrer a Monarquia sem que isso representasse uma ruptura com o latifúndio e o caráter dependente da economia brasileira.

Nesse sentido, a Proclamação da República, em 1889, deve ser compreendida a partir de aburguesamento de setores das camadas dominantes e da necessidade de modernização do Estado brasileiro, consolidando o processo em curso nas décadas anteriores. Para as classes trabalhadoras, a constituição do direito liberal-burguês e a reorganização do Estado nos moldes republicanos da aristocracia latifundiária pouco significaram, a não ser a intensificação da exploração da força de trabalho. Afinal, os escravos recém-libertos continuaram sofrendo frente a uma sociedade hierarquizada e racista; os latifúndios continuaram sendo marca de poder da sociedade, além de a União não se responsabilizar pela educação e regulamentação das relações entre capital e trabalho.

A República proclamada por meio de um golpe de Estado carregava as contradições presentes dos grupos que a forjaram no final do século XIX. Destarte, se havia a democracia, esta era para poucos; se o sufrágio era “universal”, também era restrito a uma pequena parcela da sociedade; e a igualdade, diante da lei, não passava de uma abstração. Em síntese, a República não representou a democratização das relações sociais. Para a maioria dos trabalhadores, o poder estava totalmente fora do alcance, do controle ou da compreensão.

Antes de prosseguirmos, é interessante recuarmos no tempo a partir de 1870, ano em que terminou a guerra contra o Paraguai, e o Império entrou em colapso, passando a se tornar República. O Brasil começou a adentrar em um processo de urbanização, pois não contava com inúmeras cidades novas, mas as capitais deram início à adoção de uma nova vida, muito modesta, mas semelhante àquela vivida nas metrópoles europeias.

Pode-se dizer que a República foi testemunha de acontecimentos e episódios decisivos para a história do país. Aliás, foi nessa época que o Brasil passou por um período de nascimento da indústria nacional, efetivando o regime de trabalho assalariado, do emprego da mão de obra imigrante e da concepção da classe operária no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, a crise do regime escravocrata, a ascensão de novas camadas de proprietários com novos interesses e a entrada de imigrantes contribuíram, de égide decisiva, para a crise do Império e a Proclamação da República, em 1889. Esta não trouxe grandes avanços à classe trabalhadora e

o Estado brasileiro, que era, fundamentalmente, controlado por latifundiários, de modo a continuar a assegurar a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Apesar do caráter agrário exportador de nossa economia, as indústrias surgiram em alguns centros urbanos, bem como a classe operária. O processo de industrialização se deu por meio da inserção do capital cafeeiro, associado ao capital estrangeiro, em atividades complementares, como o investimento em ferrovias, alimentação, bebidas, chapelaria, vestuário, iluminação, dentre outros. A disponibilidade de mão de obra, principalmente de imigrantes, era, porém, farta, tornando as condições de trabalho deploráveis, como longas jornadas de trabalho, utilização da mão de obra infantil, inexistência de férias remuneradas, salários baixos – e ainda mais decadentes para mulheres e crianças¹⁹.

Ante as transformações em curso, as indústrias foram surgindo em alguns centros urbanos, assim como a classe operária. Os primeiros momentos da classe operária no Brasil não podem ser desvinculados do caráter agrário exportador da economia cafeeira. A formação da mão de obra para o plantio do café foi solucionada com o estímulo da imigração. As condições precárias nas fazendas levaram muitos imigrantes se deslocarem para as áreas urbanas em um momento no qual a economia se diversificava.

Concomitantemente, o processo de nascimento das indústrias ocorreu a partir das necessidades impostas pela urbanização e pelo incremento econômico e social proporcionado pelas exportações de café. De fato, os lucros auferidos com a exportação cafeeira viabilizaram a construção de estradas de ferro, o investimento em companhias elétricas, dentre outros empreendimentos.

No início, as indústrias eram de pequeno porte e quase artesanais, não se constituindo em um polo dominante da economia nacional. A indústria no Brasil avançava lentamente com entraves estruturais e conjunturais. Nesse contexto, é importante considerar o modelo econômico alicerçado no latifúndio e o passado escravocrata e patriarcal.

¹⁹ No Brasil, a primeira legislação trabalhista foi criada em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, garantindo aos trabalhadores direitos básicos, como salário-mínimo, jornada de trabalho de 8 horas diárias, férias e liberdade sindical. Porém, foi só em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que esses direitos foram sistematizados em um único documento e, desde então, essas são as leis que normatizam o trabalho no país.

Entretanto, a dinâmica do mercado internacional e o avanço da economia cafeeira proporcionaram, em determinado momento histórico, o desenvolvimento das condições materiais para o advento da indústria. Segundo Nagle (2001, p. 25):

A história da industrialização brasileira mostra a existência de várias tentativas abortadas. Antes do século XX apareceram períodos nos quais se processaram acanhados surtos industriais, logo frustrados. No entanto, a nova fase que se inaugura durante a década de 1910, e que continua no decênio seguinte, constituirá a “fase de consolidação”, atingida graças a uma multiplicidade de condições. Uma dessas, porém, será ressaltada: a presença de processo já adiantado de concentração de renda, fruto da economia cafeeira. Já se mostrou que, pelo mecanismo econômico adotado desde o Convênio de Taubaté, se introduziu um instrumento regulador e de proteção à cultura cafeeira e que, pelo processo de “socialização das perdas”, os grupos que faziam parte desse ramo de produção apropriavam-se de parte da renda real de outros setores econômicos. Na acumulação ou concentração de renda, encontrava-se um dos elementos fundamentais para dar à industrialização condições de desenvolvimento, nos meados da década de 1910. Por isso mesmo, a desvalorização cambial, durante a Primeira Grande Guerra, e a dificuldade de importação de mercadorias, devida ao encarecimento dos preços, não foram a causa do novo surto industrial, mas uma outra circunstância favorável, estimuladora ou aceleradora, como se queira.

De tal modo, progressivamente, o avanço do processo de industrialização, alicerçado na produção de consumo de bens não duráveis, ganhou espaço e contribuiu para as mudanças no quadro social e econômico do Brasil.

Dessa maneira, foi ampliada a quantidade de trabalhadores urbanos e, mais especificamente, a de operários fabris. Esse crescimento se fez, em grande parte, por meio da chegada de trabalhadores europeus. Parcelas significativas dos imigrantes já eram operários e participavam de movimentos de classe que cresceram na Europa após o advento da Revolução Industrial.

Nessa circunstância, é possível acrescentar a farta disponibilidade de mão de obra ociosa para o crescimento das atividades industriais, o que permita, por sua vez, a intensificação da exploração da força de trabalho no campo e na cidade. Dessarte, o fim da escravidão e a Proclamação da República, ainda que permanecesse intacta a estrutura fundiária, abriam um novo ciclo social.

A constituição étnica do operariado no Brasil no período em questão é outro aspecto importante a ser considerado. O crescimento do fluxo migratório para as terras brasileiras, desde as décadas finais do século XIX, contribuiu para as

mudanças no perfil dos trabalhadores brasileiros. Mesmo considerando que, quantitativamente, os imigrantes não suplantassem, de forma numérica, os trabalhadores nativos, sem dúvida, contribuíram para a organização e lutas operárias que ocorreram nas décadas seguintes.

O movimento operário no Brasil ganha corpo com o advento do trabalho livre e a presença dos operários imigrantes. Essas duas mudanças se deram em função do implemento da lavoura cafeeira; esta, por sua vez, foi de suma importância na vida econômica do país que originou o processo de urbanização e ofereceu condições preliminares para a industrialização no início do século.

Ela [a industrialização] se inicia muito atrasada em relação aos polos mais avançados do mundo, um século depois da Inglaterra e pelo menos 50 anos após os Estados Unidos. Enquanto outros países haviam-se industrializados na época da livre concorrência e de forma mais ou menos isolada, o Brasil o faz na época do imperialismo, ou seja, no interior de um sistema mundial de capitalismo ao qual se integra de forma dependente, sofrendo forte condicionamento para atingir as fontes de capitais, mas com pouco controle sobre o seu mercado exterior. Além disso, não lhe ocorrera uma “revolução” na base econômica, a qual continua fundamentada na grande propriedade e na monocultura. outro aspecto grave é que essa industrialização dá os seus primeiros passos enquanto ainda existe o regime escravista que corrompe, degrada, inibe e desvaloriza o trabalho livre. Os patrões das fábricas muitas vezes são donos ou ex-donos de escravos; e, como tal, se comportam com os trabalhadores de seus estabelecimentos. [...]. No momento da Proclamação da República [1889], a condição do trabalhador era muito simples. Não possuía direito algum. Não havia limite de horas de trabalho, aposentadoria, salário-mínimo, estabilidade, seguro contra acidentes etc. Os embriões das organizações de resistência operária são malvistas ou perseguidos. Na prática são permitidas apenas associações de assistência e caridade (DEL ROIO, 1986, p. 93).

Foram muitos que se dirigiram para o Brasil, cujo maior contingente foi de italianos, além de espanhóis, portugueses e outras nacionalidades em menor proporção, e traziam não só a força de trabalho, mas também a visão de mundo e a cultura de seus países, influenciando no cotidiano.

Aqueles, em sua maioria, que se dispuseram a embarcar com os seus sonhos de novas oportunidades de refazer as suas vidas no Brasil o fizeram para fugir do passado expressado nas transformações do capitalismo europeu do século XIX.

Contudo, os sonhos não se realizaram. Uma grande parcela dos imigrantes e os outros segmentos de trabalhadores no Brasil se depararam com as condições deploráveis de trabalho. A herança do passado escravocrata, a ausência de direitos trabalhistas e as condições de trabalho marcadas pela excessiva carga horária, baixos salários e repressão policial foram uma constante.

As relações de produção em vigor abrangiam várias formas de exploração do trabalho. No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-escravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não remunerado (PATTO, 1999, p. 169).

As condições descritas por Patto (1999) não devem causar estranheza e sintetizam as condições de vida dos trabalhadores no Brasil no início da República. Porém, os infortúnios dos trabalhadores não representaram a passividade perante as agonias cotidianas, uma vez que, durante a República Velha (1889-1930), a tradição autoritária das relações de classes no país foi mantida. Para Edgar Carone (1979, p. 189), “bem antes da Proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numericamente e ideologicamente entre o operariado”.

Nesse enquadramento, as demandas de sobrevivência que pressionavam a classe trabalhadora se constituíram em elementos de solidariedade entre os indivíduos de diferentes etnias da mesma classe.

O capitalismo no Brasil paria o proletariado; este se constituiria no elemento de resistência às relações capitalistas no Brasil. A trajetória do movimento operário foi um caminho marcado pela repressão do Estado, isto é, pelo analfabetismo de grandes parcelas dos trabalhadores que geravam inúmeras dificuldades de organização em um país de dimensões continentais, em que a indústria se restringia a poucas cidades.

Como a sociedade brasileira se desenvolvia com base na urbanização comercial desde meados do século XIX, o analfabetismo passou a ser um problema, já que a leitura e a escrita se tornaram necessárias para a integração no

contexto social. Em 1920, 65% da população de quinze anos ou mais tinham sido excluídas da escola.

TABELA I

Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936, p. 43.

TABELA II

Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira de quinze anos e mais

Especificação	1900	1920
Total	9.752.111	17.557.282
Sem declaração	22.791	-
Sabem ler e escrever	3.380.451	6.155.567
Não sabem ler e escrever	6.348.869	11.401.715
% de analfabetos	65	62

Fonte: Florestan Fernandes, Educação e Sociedade no Brasil, Quadro I, p. 47.

Isso posto, apesar das dificuldades elencadas, os operários iniciaram o movimento de organização, com o objetivo de reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Nesse contexto, a educação escolar atendia, fundamentalmente, aos filhos das camadas médias e altas; portanto, poucos a frequentavam. Tratava-se de uma escola que transmitia os valores dos grupos dominantes – o que, diga-se de passagem, não podia ser diferente.

Esse modelo de escola foi alvo das críticas do movimento operário na época que, nos primeiros anos, teve a hegemonia socialista. Suas lideranças, em sua maioria nascidas em solo brasileiro, exerceram influência no interior do movimento

operário logo nos primeiros anos da República. Tais quais outros movimentos de caráter popular, os socialistas também foram duramente perseguidos pelo Estado oligárquico.

Por defenderem as ideias de igualdade e justiça social, os socialistas compreenderam muito cedo que o analfabetismo era um obstáculo para a organização dos trabalhadores. Assim, levantaram a bandeira da educação gratuita, laica e técnico-profissional como um meio de elevação cultural dos trabalhadores.

Nessa luta pelo acesso dos trabalhadores à educação escolar, levantaram, constantemente, a bandeira do ensino laico, gratuito, além da ampliação e manutenção das escolas mantidas pelo Estado como um meio de criação de oportunidades de acesso à instrução pública. Na dianteira das poucas iniciativas do Estado oligárquico, os socialistas organizaram a criação de escolas operárias e bibliotecas populares. Para isso, apelaram à boa vontade dos indivíduos instruídos que poderiam contribuir para a formação dos trabalhadores.

Embora os resultados insatisfatórios fossem obtidos pelo operariado no âmbito da instrução para a luta contra o capital, é importante assinalar que, pela primeira vez em nossa história, um projeto educacional era esboçado como tarefa na formação política do trabalhador, com o objetivo de qualificá-lo para as lutas sociais.

Nessa ocasião de lutas dos trabalhadores, levada adiante por segmentos mais avançados do operariado, o qual ganha experiência por meio das lutas contra o capital, instruindo-se politicamente, e no interior do qual se insere a luta pela educação escolar em particular, outras correntes disputam a hegemonia no âmago do movimento dos trabalhadores.

Dessa forma, no final da primeira década do século XX, são as lideranças de formação anarquista que superam as correntes socialistas na luta contra os desmandos da República Velha e da burguesia industrial. Tais lideranças, em sua grande parcela constituinte, eram oriundas de nações europeias que traziam a experiência teórica e prática de lutas em suas nações de origem.

Também traziam entre elas o analfabetismo como um grande problema a ser resolvido, pois entendiam a imprescindibilidade da luta por uma sociedade de homens e mulheres livres de toda e qualquer forma de autoridade. Em decorrência

da maneira de interpretação do mundo e da sociedade que almejavam, a Igreja e o Estado eram vistos como instrumentos de negação da liberdade e de defesa do capitalismo.

Coerentes com os fundamentos da anarquia, as lideranças operárias no Brasil combatiam a influência da formação religiosa ofertada pelas igrejas ou a influência do Estado na educação. Por essa razão, promoveram a criação de escolas livres que foram financiadas a partir de arrecadação de fundos dos próprios trabalhadores.

De maneira análoga aos socialistas, ao longo dos anos de 1910, fundaram escolas denominadas modernas ou racionalistas. Tratava-se de escolas destinadas aos filhos de operários. Nessas escolas, atuavam indivíduos de diferentes origens e situações sociais, mas que tinham, em comum, a militância no movimento anarquista.

No periódico “A Lanterna”, encontramos um exemplo desse tipo de escola preconizado pelos anarquistas:

Escola livre

Para meninos e meninas, à Rua Cotegipe, 26 de São Paulo (Belenzinho).

Instituto de educação e instrução segundo o método racionalista, mantido pela associação Escola Moderna de São Paulo.

As suas aulas, tanto diurnas como noturnas, á estão funcionando com regular frequência de alunos e a inscrição para a matrícula se acha aberta, mediante a contribuição mensal de 3\$000 para aulas diurnas e 4\$000 para aulas noturnas.

O fornecimento de livro e materiais é feito gratuitamente aos alunos da escola, a fim de facilitar aos operários a educação e instrução de seus filhos seguindo o método racionalista.

Horário das aulas

De dia, das 11 às 3 ½ da tarde.

De noite, das 7 às 9 h.

O programa com que foram iniciados seus trabalhos consta de Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Princípios das Ciências Naturais.

O seu programa, todavia, como está determinado, será ampliado de acordo com as necessidades futuras e com a aceitação que o ensino racionalista for merecendo da parte dos homens livres da capital e do interior do Estado.

O Diretor

Prof. João Penteadó (A Lanterna, 19.07.1913. *In*: FORTUNATO, 1992, p. 245).

À vista disso, o movimento anarquista expressou a preocupação com a educação e a cultura como um meio de transformação e de emancipação, uma vez que, com esse ideal, várias escolas foram fundadas, livros foram escritos, além de revistas, jornais e folhetins. Esse movimento criado pelos imigrantes se fez como um agente social e histórico poderoso no Brasil.

Porém, antes mesmo da revista “A Vida”, objeto deste estudo, ou antes do início dos anos republicanos, os jornais operários denunciaram, em suas páginas, as condições de vida do operariado e propugnaram a luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

3.1 Os ideais de luta e resistência

Os trabalhadores oriundos do continente europeu que desembarcaram no Brasil não trouxeram tão somente a experiência no ofício, mas também as formas de luta e reivindicação presentes no movimento operário europeu. Na capital do Império, Rio de Janeiro, foi organizada e realizada a primeira manifestação de caráter socialista pelos direitos operários, em 1870, ainda que o discurso dominante condenasse as reivindicações dos trabalhadores.

Assim, é importante acrescentar que o movimento operário, em seus primeiros passos, manifestou-se em defesa da abolição da escravidão e da Proclamação da República. A questão da escravidão, por razões óbvias, era um ponto crucial para a eliminação da chaga do escravismo e, portanto, a condição para a humanização do trabalho e espaço de criação da igualdade entre os homens. Já a República representava a possibilidade de ocupação de espaços pelos trabalhadores em um novo regime.

Ainda nos anos finais do século XIX, os socialistas no Brasil realizaram o seu 1º Congresso, em 1892, que apresentava, como objetivo, a criação do Partido Socialista Brasileiro. Os congressos organizados pelos trabalhadores ocorreram, fundamentalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo, em função de serem os principais polos de concentração de trabalhadores urbanos. É possível identificar que as suas pautas se orientavam pela defesa dos interesses do operariado, como melhores condições de trabalho e salário, redução da carga de trabalho etc.

A legitimidade da atuação operária se dá pela crítica da relação do Estado imperial com as classes trabalhadoras (classes desprezadas, aviltadas, estas eram a escória do Império). A crítica ética pedia por uma nova sociedade, contra os privilégios, a favor da igualdade jurídica. É neste contexto que deve ser visto o surgimento da ideia da criação do Partido Operário. Porque agora a classe operária é parte integrante da nação, e por outro lado tem o direito a ter sua própria opinião, demonstrar esta é sinônimo de identidade (PANSARDI, 2008, p. 91).

Porém, os socialistas não se constituíram na única tendência presente na luta dos trabalhadores contra o capital. A existência do Estado oligárquico e resistente a qualquer tipo de participação popular, as dificuldades de organização do movimento operário e as cisões no seu interior propiciaram o surgimento de novas correntes.

No mês de abril de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o 1º Congresso Operário Brasileiro com a participação de 43 delegados que representavam 33 segmentos da Capital Federal e de São Paulo. No mesmo congresso, prevalece a tese de que somente a organização do proletariado, independentemente dos partidos políticos, poderia levá-lo a compreender a necessidade das estratégias e da luta contra o patronato.

Desse modo, as lideranças operárias, em grande parte de origem europeia, organizaram o operariado com a finalidade de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Em uma breve síntese, os congressos tinham por finalidade a união dos trabalhadores de diferentes fábricas e cidades para a organização de estratégias coletivas em um contexto social marcado pela repressão policial e a tentativa de cooptação dos trabalhadores pela burguesia.

Foi no Rio de Janeiro, em 1906, que o 1º Congresso Operário começou a ser articulado. Os principais pontos aprovados foram: fundar a Federação Operária Brasileira; fundar o jornal "A Voz do Trabalhador"; convocar as mulheres para as organizações operárias; lutar pela lei de 8 horas; marcar para o dia 1º de 1907, do ano seguinte, uma greve geral no Brasil.

A primeira greve geral planejada no Brasil, em 1907, foi desencadeada pela Federação Operária de São Paulo e se estendeu por outros estados. Os operários conseguiram reduzir o horário de trabalho de 14 horas para 12. Já em 1908, no Rio de Janeiro, eles conseguiram uma jornada de 8 horas de trabalho; foi uma luta

diária que trouxe avanços e retrocessos, mas a repressão contra os imigrantes estrangeiros continuava.

É importante pontuar que, desde aquele período, o Estado burguês procurava controlar e intimidar o Movimento Operário Brasileiro: exemplo disso foi a iniciativa do Deputado Adolpho Gordo, por meio do Decreto nº 1.641, de 1907, sancionada pelo presidente Affonso Penna, que objetivava expulsar as lideranças estrangeiras do movimento operário:

DECRETO Nº 1.641, DE 07 DE JANEIRO DE 1907.

Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º São também causas bastantes para a expulsão: 1ª, a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum; 2ª, duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiro, por crimes ou delitos de natureza comum; 3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

Art. 3º Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da Republica por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando:

- a) casado com brasileira;
- b) viúvo com filho brasileiro.

Art. 4º O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem inclui entre aqueles a que se referem os arts. 1º e 2º. [...] (BRASIL, 1907)²⁰.

O proletariado era praticamente ignorado pelas autoridades republicanas. As poucas leis existentes de proteção ao trabalho não eram obedecidas pelo patronato. Era comum, na imprensa burguesa e nas manifestações oficiais do período, a caracterização do movimento anarquista como “planta exótica”. Com esse tipo de classificação, os representantes dos interesses da burguesia buscavam reafirmar o “caráter pacífico” do brasileiro ao mesmo tempo em que negava a existência dos conflitos sociais em nossas terras. De tal modo, a intensa repressão aos

²⁰ Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1907, 19º da Republica. AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA. Augusto Tavares de Lyra – Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial de 09/01/1907.

trabalhadores e às suas lideranças foi uma constante ao longo da chamada Primeira República (1889-1930). A Lei Adolpho Gordo, por exemplo, legalizou a expulsão de estrangeiros acusados de atentar contra a segurança interna do Brasil.

O proletariado, diante de um contexto histórico marcado pela repressão, não ficou inerte. Antes mesmo da Lei Adolpho Gordo, de 1907, ou depois, as lideranças operárias se organizaram para divulgar o seu pensamento e resistir as arbitrariedades de um Estado patronal. A resistência foi a marca dos trabalhadores. No caso específico das correntes anarquistas no Brasil, a resposta apontava para os problemas sociais que atingiam a grande massa de trabalhadores.

3.2 A origem do movimento anarquista no Brasil

Para que a trajetória do movimento anarquista no Brasil seja entendida, é necessário definir, resumidamente, o que a distingue de movimento sindicalista revolucionário ou anarcossindicalismo.

O movimento anarquista é conceituado por uma ação de grupos anarquistas compostos por comunas, centro de estudos, uniões e federações que se opõem e combatem o capitalismo, pretendendo o declínio do Estado e a reconstrução de uma nova ordem social autogestionária. Não é exclusivamente uma organização de operários para operário, mas, sim, grupos que lutam pelo fim das classes e para que todos sejam iguais e tenham possibilidades, direitos e deveres, independentemente de cor, idade ou sexo.

O anarcossindicalismo é uma doutrina e um método de luta que visa ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do trabalhador, bem como à anulação do sistema capitalista para uma substituição dos trabalhadores em autogestão, ou seja, é mantido pelo conjunto de organizações operárias voluntárias e livres, como sindicatos, uniões e federações.

A diferença entre anarquismo e sindicalismo está nos métodos. Enquanto o movimento anarquista tem como base os indivíduos independentes politicamente, religiosamente e comprometidos com a construção de uma sociedade livre das amarras do Estado e do capital, o sindicalismo tem um espaço limitado; é um movimento de operários voltado à defesa dos interesses dos trabalhadores frente ao capital.

Assim, percebe-se que a questão social sempre esteve em pauta. Nos últimos decênios do século XIX e início do século XX, o Brasil vivenciava uma série de transformações oriundas da expansão cafeeira, do processo de urbanização. As mudanças ocorridas não implicaram a melhoria de vida da grande massa de trabalhadores do campo e da cidade. As condições de trabalho, se não eram caracterizadas pela escravidão propriamente dita, poderiam ser caracterizadas pela brutal exploração do patronato sobre os trabalhadores.

Já na Itália, origem de amplas parcelas de trabalhadores que se dirigiam ao Brasil, acontecia um processo de união entre os reinos, com lutas internas e enfrentando uma forte depressão econômica, o que levou milhares de italianos a buscarem a alternativa de uma nova vida em um continente diferente.

O destino dos imigrantes para o Brasil se deu pelo fato de que, em 1871, havia sido promulgada a Lei do Ventre Livre, que sancionou o início do fim da escravidão, ou seja, os filhos dos escravos estariam livres. Eles vieram para as fazendas de café de São Paulo, colônias no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo e centros urbanos, como Rio de Janeiro.

Em um primeiro momento, a mão de obra dos imigrantes italianos foi concentrada na lavoura, e o trabalho que antes era realizado pelos escravos passou a ser obrigação dos imigrantes, com precárias condições de vida, sem atendimento médico e escolas para as crianças.

Progressivamente, nesse quadro, os trabalhadores se organizaram, conforme as circunstâncias permitiram. Começaram a migrar para os grandes centros urbanos e trabalhar nas fábricas, que também tinham insatisfações e não faltaram gestos de rebeldia por causa das condições precárias de trabalho e remuneração.

Nesse sentido, o movimento operário foi a expressão da resistência ante a opressão da fábrica. Mesmo na presença de inúmeras dificuldades, os trabalhadores se utilizaram de diferentes meios para a mobilização de seus pares e da sociedade: agremiações, organização de sindicatos, conferências, teatros, jornais e revistas difundiram os ideais de luta dos trabalhadores.

O movimento anarquista, como manifestação de uma fração do movimento operário, expressou, coletivamente, demandas do operariado por meio de uma série de ações que contribuíram para a organização dos trabalhadores urbanos.

As suas origens em território brasileiro podem ser identificadas, ainda, no Reinado de Dom Pedro II, quando teve início o processo de imigração incentivada pelas ideias de branqueamento da população em um momento no qual o tráfico negroiro foi extinto oficialmente (1850).

A política de imigração perdurou, aproximadamente, até o fim da Primeira República (1930), o que significou a entrada em território brasileiro de milhares de europeus que buscavam a possibilidade de reconstruir as suas vidas em um país distante.

Nas duas últimas décadas do século XIX, alguns jovens brasileiros foram estudar na Europa, onde souberam dos ideais libertários. Essas ideias entravam pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos na cabeça de cada imigrante que vinha para o Brasil em busca de liberdade.

Dessa forma, destaca-se que o impulso do movimento anarquista no Brasil veio da Europa, uma vez que os seus imigrantes colocaram em pauta a questão social, a reivindicação e a propaganda do movimento por meio de jornais, revistas, folhetins, palestras e peças teatrais.

Manuel de Mendonça e Fábio Luz foram considerados os primeiros a escreverem sobre a questão social, com obras libertárias, como “Os Emancipados” e “Ideólogos”. Aos dois intelectuais, juntaram-se outros, em destaque: Elísio de Carvalho, Pedro do Couto, Rocha Pombo e Maximino Maciel, formando um grupo de escritores da revista Kurtur, do Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, Avelino Foscolo; no Rio Grande do Sul, Reinaldo Frederico Greyer; Ricardo Gonçalves, Benjamin Mota, Edgard Leunroth e João Penteado, em São Paulo; Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti, Domingos Ribeiro Filho, Lima Barreto e José Oiticica, no Rio de Janeiro, foram responsáveis pelo início do anarquismo no Brasil.

De acordo com Rodrigues (1969), algumas colônias, como Guararema, fundada em 1888, no estado de São Paulo por Artur Campagnoli²¹, e no estado do

²¹ Artur Campagnoli foi um anarquista nascido na Itália. Joalheiro de profissão, imigrou para o Brasil em 1888 e comprou uma fazenda considerada improdutiva no município paulista de Guararema, onde fundou a Colônia Anarquista de Guararema. Um espaço de sociabilidade libertária e autonomismo onde as terras eram cultivadas coletivamente por brasileiros, espanhóis, franceses, russos e italianos, anarquistas vindos de toda a Europa. Também foi de Campagnoli a iniciativa de se comemorar, pela primeira vez, o 1º de maio no Brasil, no ano de 1894. Reunido com um grupo de companheiros de ideias, todos planejaram uma série de demonstrações para o Dia do Trabalho. No entanto, a realização das manifestações foi frustrada

Paraná, fundada por Giovanni Rossi²², em 1890, foram constituídas sob a inspiração anarquista. Os libertários defendiam princípios, como liberdade, responsabilidade e autodisciplina, de forma que a abolição do Estado e de todo o princípio de autoridade é a exploração do homem pelo homem. Em suas bagagens, não trouxeram apenas pertences pessoais, mas também a experiência de lutas em seus respectivos países e ideias que nem sempre eram aceitas pela burguesia brasileira em formação.

Ao considerar a experiência de trabalho nas oficinas, o fracasso do regime de parceria e o racismo evidente em um momento no qual o regime escravocrata dava os seus últimos suspiros, a grande massa de trabalhadores nas fábricas foi constituída por imigrantes.

Como já afirmamos, as condições de vida e trabalho dentro das fábricas eram as piores possíveis. Logo, a resistência foi o desdobramento lógico diante de um contexto que não havia regulamentação nas relações entre capital e trabalho. Se o socialismo foi a primeira corrente a se firmar como hegemônica no meio operário, nenhuma se espalhou tanto como o anarquismo entre os primeiros anos do século XX até os anos de 1920.

As lideranças anarquistas, no Brasil, não lutaram tão somente pela previdência social, mas também por questões sociais, levantando a bandeira da educação, das questões de gênero etc. Por isso, objetivavam assegurar o direito à própria existência, o que era negado pelas condições materiais de trabalho e remuneração paupérrima do período.

Em mais de cem anos, o movimento anarquista, no Brasil, passou por inúmeros obstáculos, mas sempre se preocupava com a ideologia; por esse motivo, realizava um trabalho educativo por meio da imprensa.

Mais preocupados com a ideologia, os anarquistas desenvolviam um trabalho educativo. Viam no elemento humano a "peça" mais

pela repressão policial que prendeu Campagnoli e os seus companheiros por "sugestão" (delação) do Cônsul italiano.

²² Giovanni Rossi, de pseudônimo *Cardias*, foi um anarquista italiano, engenheiro agrônomo, médico veterinário de profissão e escritor que, por influência dos socialistas libertários experimentalistas franceses, escreveu uma série de livros sobre a criação de comunidades experimentais. Foi membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) de Pisa, fundou a Colônia Agrícola Experimental Cittadella, em Cremona, e ganhou notoriedade ao tentar implementar a Colônia experimental Cecília, no ano de 1890, em território brasileiro, na cidade de Palmeira, estado do Paraná.

importante a preparar, tanto no terreno profissional quanto no cultural, a fim de que cada militante fosse capaz de se autogerir sem muletas religiosas, patronais ou policiais. Colocava sempre os cérebros acima dos estômagos.

Com estes objetivos os anarquistas fundaram escolas livres, universidades populares, grupos de teatro social, desenvolveram intensa propaganda educativa, sociológica, de cultura geral, libertária (RODRIGUES, 2010, p. 4).

Isso posto, a organização do movimento anarquista e as suas ações na imprensa, nos sindicatos ou na organização de escolas operárias foram importantes para o processo de delimitação legal de alguns dos direitos trabalhistas. No cerne de alguns desses direitos, encontramos as lutas, as resistências e as greves ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX.

3.3 A imprensa operária

A imprensa como fonte de estudo em história e, mais especificamente, em história da educação, apresenta contribuições importantes para a compreensão de diferentes momentos da história. Não se trata de tomá-la como uma fonte de verdades absolutas, mas de compreendê-la como uma expressão das relações humanas dentro de uma sociedade marcada por uma série de contradições.

Muitos periódicos, dentre os quais se destaca a revista “A Vida”, objeto desta pesquisa, tinham, claramente, um papel didático e pedagógico, pois foram encontrados diferentes artigos, propagandas e indicações de bibliografias sugeridas para a formação política do trabalhador.

Quando se fala de imprensa operária, imagina-se uma imprensa produzida por operários; vista do ponto do emissor, mas também do receptor, é, pois, aquela que escreve para alguém, ou seja, dirige-se, prioritariamente, para o público operário. Já do ponto de vista da mensagem, a imprensa pode ser considerada aquela cuja temática básica concerne aos problemas dessa classe social. Somente com esses três pontos de vista, não é possível conceituar, devidamente, a imprensa operária. Outros elementos devem ser citados, como as publicações que não são escritas por operários, mas visam a esse público, abordando temáticas que expressam as reivindicações do operariado, além de que, na maioria das vezes,

elas eram escritas por representantes dos trabalhadores, cujos indivíduos não pertencem àquela classe social.

Assim, surge uma problemática: a imprensa partidária. Quando se trata de imprensa operária e de partidos operários, fica difícil desvincular um termo do outro, principalmente se levar em consideração que ambos têm objetivos idênticos, mas existe outro termo complicador: o sindicato, que, por sua vez, deve ser analisado com outros dois termos: o jornal e o partido.

O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela está sempre ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação -, circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa. O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma (FERREIRA, 1995, p. 19).

A imprensa operária não pode ser desvinculada do movimento operário; ambos estão relacionados por meio das lutas das classes trabalhadoras na construção de uma história. Assim, a história da imprensa operária é a história do movimento operário.

Para que o novo trabalhador fosse formado e tivesse consciência de sua real condição, era importante que esses ideais fossem amplamente difundidos e conhecidos por todos – e, para que isso fosse possível, a imprensa operária anarquista ocupou um papel de destaque. Não se tratava de uma mera reprodução de ideias, mas da divulgação da doutrina anarquista com vistas à ação revolucionária dos trabalhadores.

A imprensa anarquista, vinculada aos sindicatos, expressou um caráter didático e educativo em termos mais amplos. Buscava-se, por meio dos jornais, difundir o caráter da luta anarquista em defesa dos trabalhadores. Diante disso, jornais, boletins, folhas etc. se constituem em uma fonte importante para a compreensão das formas de lutas dos trabalhadores. Em uma breve síntese, é possível afirmar que os jornais expressam um projeto de sociedade, selecionam fatos que devem ou não ser publicados, posicionam-se defronte acontecimentos e apresentam manifestações referentes à consciência de classe.

Nos primeiros anos do século XX, os líderes do movimento operário tentavam conseguir melhorias nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Nesses termos, a imprensa era essencial para que esse objetivo fosse alcançado, já que em muitos casos, esta, foi mais atuante que os sindicatos. Em contrapartida, muitos jornais burgueses mostravam-se inimigos da opinião crítica, pois defendiam ideologias, partidos e governos contrários a luta de classe trabalhadora.

A primeira iniciativa dos anarquistas foi tentar levar adiante seu trabalho através do voluntarismo. Os primeiros jornais anarquistas e anarcossindicalistas tentaram sobreviver apenas de contribuições. Os militantes eram poucos e possuíam poucos recursos econômicos. Já se podia prever o resultado: poucos jornais conseguiram sobreviver além do quinto número. [...] O tempo passava, e os anarquistas procuravam um suporte financeiro mais eficaz [para atividades editoriais]. Passaram a vender assinaturas. A evolução dos sindicatos foi semelhante. Para financiar suas primeiras greves e operações quotidianas contavam apenas com as contribuições 'espontâneas'. Posteriormente passaram a cobrar taxas obrigatórias e fundos de greve, práticas características dos sindicatos 'burgueses'. Recorreram, também, a algumas técnicas de levantamento de fundos outrora considerados corruptos, como festas e rifas (MARAM, 1979, p. 76-77).

Por meio de diferentes jornais, cada qual representando uma tendência, publicavam-se análises políticas, econômicas e se conclamavam pela luta dos trabalhadores. *Avanti!* (1901)²³, *A Voz do Trabalhador* (1904)²⁴, *Terra Livre*

²³ *Avanti!* foi o diário histórico do Partido Socialista Italiano (PSI). A primeira edição saiu em Roma, inicialmente, dirigida por Bissolati. O nome foi reutilizado por vários jornais, incluindo o atual *Avanti*, órgão *on-line* do renascido PSI, para o qual se cedeu a propriedade e o uso exclusivo do título original em 1994. O *Avanti!* mantinha uma forte campanha para a neutralidade absoluta na Primeira Guerra Mundial. O jornal marxista, porém, argumentou em favor da intervenção, sob a pressão de seu diretor Benito Mussolini, que, depois, viria a fundar o fascismo. No Brasil, *Avanti!* foi redigido por Alceste de Ambrys, de formato variado e considerado uma das mais importantes publicações socialistas do país.

²⁴ O jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador* era o instrumento de comunicação oficial da Confederação Operária Brasileira (COB). Foram 71 edições dedicadas a informar sobre a situação dos operários nacionais, movimentos de obreiros em outros países, além de resumos das reuniões realizadas na COB e nas associações de trabalhadores. A situação nos locais de trabalho era tema constante nas páginas do periódico, que também publicava textos doutrinários sobre os ideais anarquistas. Circulou, com interrupções por problemas financeiros, entre 1º de julho de 1908 e 8 de junho de 1915.

(1905)²⁵, *A Vida* (1914)²⁶ e *A Plebe* (1917)²⁷ são alguns exemplos de periódicos que estamparam, em suas páginas, a voz do trabalhador.

Logo, o estudo e a compreensão do movimento operário e de suas publicações equivalem a um meio fundamental para compreender as condições de vida dos trabalhadores, as suas propostas e o nível de consciência de classe no embate com a burguesia.

As condições precárias de trabalho, salários atrasados, além da ausência quase que completa de direitos, potencializaram as tensões entre o patronato e os trabalhadores. O anarquismo, nessa conjuntura, converteu-se na principal corrente proletária do movimento operário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

A grande parcela dos movimentos grevistas, nos anos iniciais do século XX, ocorria em função dos baixos salários e da carga horária excessiva que variava de 12 a 16 horas por dia. Além desses problemas, as condições das mulheres e das crianças eram deploráveis, sujeitas a salários menores e a uma série de violências dentro do ambiente de trabalho.

Amiúde, as lideranças operárias organizavam comícios, passeatas ou greves, com o objetivo de pressionar o patronato e angariar a simpatia de outros segmentos da classe trabalhadora. De tal forma, a greve se constituiu em um meio para arrancar direitos inexistentes ou para a melhora momentânea das condições de trabalho.

Ao longo da primeira década do século XX, o movimento operário e sindical no Brasil se vinculou a grandes perspectivas políticas e revolucionárias de utopia social, dentre elas, os ideais libertários anarquistas.

²⁵ O periódico foi fundado em 1905 pelo jornalista Edgard Leuenroth. De cunho anarquista, destaca-se pela crítica destinada ao poder do Estado, com recorrentes temas, como os impostos, a questão do trabalho infantil, a necessidade e a oferta de trabalho, e a farsa e hipocrisia dentro da política da época. O jornal incitava a organização do movimento operário e buscava inculcar, nesse grupo, a importância dos estudos, a fim de assegurar a emancipação e a liberdade de ideias.

²⁶ A revista *A Vida* foi fundada em 30 de novembro de 1914, sob a direção de José Oiticica, em parceria com o médico Francisco Viotti. O último, dos seus sete números, foi publicado em 31 de maio de 1915. Dentre os colaboradores dessa revista, destacaram-se: Fábio Luz, Astrogildo Pereira, Orlando Correia Lopes, Hermes Fontes, Primitivo Soares, Efreim Lima, João Penteado, Adelino Pinho, intelectuais envolvidos com as atividades da imprensa anarquista e que mantinham estreita interlocução com José Oiticica.

²⁷ Jornal anarquista e anticlerical lançado na cidade de São Paulo, em 1917, e extinto, em 1951. Sob o comando de Edgard Leuenroth, o jornal *A Plebe* foi lançado no contexto da Primeira Guerra Mundial e da desestabilização dos salários e da vida dos trabalhadores. Em seu primeiro número, afirmava ser a continuação do periódico anticlerical *A Lanterna* e se posicionava como um órgão dedicado à luta dos trabalhadores contra a opressão e a miséria no Brasil. Dentre os seus principais colaboradores, estavam: Astrogildo Pereira e José Oiticica.

Durante vários anos os libertários repetiram-se na tarefa de enfatizar a importância da instrução como requisito de sobrevivência do Movimento operário. O papel reivindicatório do sindicalismo parecia só poder seguir adiante, segundo os libertários, se a questão da disseminação da instrução pudesse se efetivar (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 102).

Na perspectiva das lideranças anarquistas, a educação ofertada pelo Estado ou pela Igreja representava os interesses da burguesia, o que impedia, verdadeiramente, a luta dos trabalhadores. Porém, em razão do comprometimento com os ideais libertários, os anarquistas defendiam uma educação laica que estivesse sob a responsabilidade dos próprios trabalhadores.

Faz-se pertinente acrescentar que, para além das iniciativas com vistas à alfabetização dos operários, os anarquistas produziram jornais, panfletos, peças teatrais e atividades culturais objetivando a conscientização de classe.

Como expusemos, esses periódicos não tiveram uma única e homogênea linha de atuação; cada um publicava aspectos da doutrina que lhe pareciam mais urgentes no momento. Muitos deles, preocupados com a formação do trabalhador, dedicaram-se aos textos sobre a questão educacional, com o intento de criar mentalidades e ações revolucionárias.

É verdade que uma grande parte dos jornais teve vida efêmera em função das condições materiais de publicação ou por causa da forte repressão policial. Todavia, para os anarquistas, a educação tinha um caráter político, objetivando não mais colocá-la com o propósito de manutenção das relações consideradas injustas, mas, sim, de sua transformação, ao apontar para a miséria decorrente do sistema de dominação e procurar despertar, nos trabalhadores, a consciência da necessidade de transformação da sociedade.

[...]. Para o movimento libertário, era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado (LUIZETTO, 1987, p. 42).

Dessa forma, os ideais libertários anarquistas contribuíram para a consciência de classe dos trabalhadores e a compreensão das relações sociais.

Em outros termos, os ideais presentes no periódico devem ser analisados a partir das contradições presentes no interior da sociedade. Trata-se de propostas nascentes na essência das classes trabalhadoras que lutavam pelo fim da exploração do homem pelo homem.

O processo de conscientização feito com o operariado brasileiro teve como base a influência do operário imigrante; portanto, não se pode descrever esse processo sem expor o papel de movimentação e difusão das doutrinas socialistas no meio operário que os intelectuais desempenharam. Os imigrantes desenvolveram e difundiram ideias sociais, e os intelectuais se responsabilizaram por uma parcela desse trabalho.

Os periódicos operários crescem de importância e são um reflexo vivo do progresso que se vai acentuando, de ano para ano, nas organizações corporativas e nas lutas de classe, greves e reivindicações, sustentadas não raro com extraordinária bravura e tenacidade. Repetem-se, no Rio, em São Paulo e noutros pontos do país, as tentativas de organização partidária socialista. Mas já nos primeiros anos deste século, as tendências anarquistas e anarcossindicalistas, favorecidas pelas próprias condições econômicas do país, em que predominam formas artesanais de trabalho, começam a penetrar nos centros operários e em certos meios intelectuais e pequeno-burgueses (PEREIRA, 1972)²⁸.

Assim, os incontáveis jornais fundados a partir das iniciativas dos intelectuais se fizeram armas importantes para a disseminação da discussão de ideias, a criação do hábito da leitura e a preparação para o surgimento da imprensa operária, a fim de produzir os primeiros vestígios de uma luta social.

A etapa em questão foi fortemente influenciada pela orientação anarquista, transparecendo na organização proletária e na forma como a imprensa operária seria produzida.

²⁸ O texto em que se encontra essa citação foi editado, originalmente, na Revista Estudos (publicação clandestina do PCB, no início da década de 70) nº 4, de junho de 1972, com introdução e notas de Thomaz Ramos Neto ("nome de guerra" de Fragman Carlos Borges), a partir de manuscritos deixados por Astrojildo Pereira. Esses manuscritos constituem o roteiro preparado por Astrojildo para uma conferência que pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, em julho de 1947, com o objetivo de angariar fundos para a imprensa comunista, promovida pelo Movimento de Auxílio à Tribuna Popular (diário do PCB). A sua republicação se deve, em primeiro lugar, ao fato de ter sido editado em uma revista de circulação extremamente restrita; em segundo, o fato de fornecer um excelente esboço para a compreensão da história da imprensa operária brasileira; e, por fim, como homenagem a esse que foi um dos mais importantes dirigentes do movimento operário do país, fundador do PCB e um dos introdutores do marxismo no Brasil.

Os ideais anarquistas se fazem fundamentais para a compreensão de uma sociedade contida por indivíduos autogestionários, livres e responsáveis pelo tratamento igualitário a mulheres e homens em um espaço concebido sem governantes e governados, ou seja, as suas concepções pressupõem o fim da coerção e o combate a todas as formas de autoritarismo, pois a ideia de autoridade de um homem sobre o outro implica uma relação verticalizada de poder. Destarte, para atingir a sociedade idealizada, os anarquistas defenderam a extinção do Estado, da propriedade privada e o fim da sociedade patriarcal.

Ademais, o anarquismo e a luta das mulheres para uma superação de sua posição se encontram em diversas frentes, mesmo sendo fenômenos distintos. Para Mariana Affonso Penna (2016), a posição da mulher foi inferiorizada no cotidiano de compleição natural, mas existiram mulheres militantes anarquistas que se organizaram e refletiram sobre as suas posições, tal como forçaram os militantes homens a assumirem a igualdade de gênero como pauta fundamental. Desse modo, Penna (2016) analisa, em sua pesquisa, a relação entre o pensamento e a prática anarquista com o pensamento e a prática feminista, além das suas permanências e transformações.

Em linhas gerais, o movimento anarquista, em suas mais variadas correntes, buscou despertar valores de solidariedade, igualdade, liberdade e responsabilidade entre os seus adeptos, a fim de interpretar as lutas travadas no interior do movimento operário para resgatar a utopia social de uma sociedade livre, bem como analisar e compreender as propostas de formação do homem presentes no periódico.

Existem aspectos interessantes quanto à forma da imprensa operária, diferenciando-a, profundamente, da imprensa burguesa. É perceptível a diferença quando se trata de notícia, uma vez que, nos jornais anarquistas, uma grande parte do espaço era ocupada por textos e conferências.

Em consonância com o que já foi abordado, faz-se fundamental compreender que a organização dos trabalhadores e as ideias que nortearam o movimento não tinham existência própria, independentemente do cenário marcado pela miséria e pela ausência de direitos por parte dos trabalhadores. Em outras palavras, não é possível explicar o fenômeno pesquisado sem conexão com a sociedade que o produziu.

Segundo as palavras de Marx e Engels (2007, p. 43):

Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história.

Nesse aspecto, não se trata de explicar o movimento anarquista e a revista “A Vida” de maneira idealizada, como se os homens produzissem as suas ideias, independentemente da realidade em que atuam, mas, sim, de entender os homens como produtos do seu meio, ou seja, entendê-los dentro da realidade que os produz.

4. O PAPEL ATRIBUÍDO ÀS MULHERES NAS PÁGINAS DA REVISTA “A VIDA”

Desde meados do século XIX, um novo modelo normativo foi elaborado como expressão de uma perspectiva que enxergava a mulher a partir de atributos idealistas e a-históricos. Assim, ela era apresentada como sexo frágil, amorosa, afetuosa, mãe, altruísta, vigilante, dentre outras características. As exigências de um bom preparo para o casamento, preocupações estéticas com a casa e com a moda e a frequência em espaços da cidade eram destinadas às mulheres ricas. Já as pobres ficavam com as fábricas, os serviços em lojas e em companhias telefônicas, além das tarefas domésticas. Diante das exigências das condições materiais de sobrevivência, o espaço urbano é invadido por inúmeras mulheres trabalhadoras, e isso não é visto pelos segmentos mais conservadores e retrógrados como um abrandamento das exigências morais, mas, sim, como um abandono do lar, dos filhos e do marido.

Naquele contexto histórico, é possível perceber que não se abrem amplas perspectivas profissionais para elas. Baixos salários e ausência de direitos expressavam as relações de classe hegemônicas pela burguesia, além de um histórico marcado pelo patriarcalismo de nossa formação social. Porém, as contradições inerentes de uma sociedade de classes e os conflitos no interior das relações sociais nos permitem inferir que nem todas as mulheres ou segmentos aceitaram, de forma passiva, o papel que os setores dominantes lhes reservavam. A dificuldade para conhecer as formas de resistência da mulher no cotidiano de vida social ou no espaço produtivo vem, em um primeiro momento, da ausência de documentação.

Afinal, se as mulheres das classes mais favorecidas dispõem ainda da possibilidade de se exprimirem através de cartas, diários, artigos e livros, o mesmo não acontece com as de situação social inferior (RAGO, 2014, p. 98).

Nesse contexto, os jornais se constituíam em um instrumento de divulgação dos ideais de luta entre os trabalhadores. Certamente, não foram os únicos meios de difusão, pois panfletos, folhetos e livros também circularam nos meios operários.

Entretanto, é importante acrescentar que, mesmo considerando que amplas parcelas dos trabalhadores fossem analfabetas, isso não quer dizer que estavam impedidas de ter acesso ao material divulgado pelas lideranças operárias que organizavam a leitura e transmitiam suas ideias por meio de conferências públicas e nos sindicatos.

Ao ter em vista o movimento anarquista e as mulheres militantes da causa libertária, a educação da mulher trabalhadora é um passo importante na luta por sua emancipação, e essa estratégia tem como um dos instrumentos a imprensa. Apesar de todos os limites materiais, a imprensa operária buscou desmistificar os padrões de comportamentos femininos divulgados pelos discursos dominantes. Acreditava-se que, por meio da educação, seria possível alcançar a emancipação intelectual e, desse jeito, possibilitar a participação política ativa das mulheres.

Nesse sentido, a revista “A Vida” se constituiu em mais um órgão de defesa das mulheres e de denúncia contra os padrões de comportamentos impostos que impediam a plena realização do sexo feminino.

É justamente por isso que inúmeros modelos e padrões de conduta foram criados para controlar as mulheres no espaço público. Não cabia simplesmente expulsá-las, afinal de contas elas eram importante parcela da mão de obra e da população consumidora, mas era essencial controlá-las, através de modelos que correspondessem à nova sociedade (MENDES, 2010, p. 21).

Antes de prosseguirmos, é importante pontuar que, nas últimas décadas do século XIX, verifica-se o processo de institucionalização da educação como meio de difusão de um conhecimento capaz de orientar todos os segmentos da sociedade. Do ponto de vista dos valores presentes no discurso higienista, a liberdade da mulher não poderia ultrapassar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçavam as imagens da mulher idealizada. Assim, a retórica de inúmeros autores identificava a sociedade como um organismo caótico que precisava ser cuidado para que fosse evitada a desordem – ou as doenças sociais.

A presença das ideias higienistas, que expressavam as novas perspectivas das classes dominantes, defendia condutas idealizadas que deveriam ser seguidas pelas famílias brasileiras com objetivo da saúde física e mental dos filhos. No que diz respeito ao conjunto da classe trabalhadora, tais ideias visavam, também, a garantir a reprodução da força de trabalho disciplinada e obediente.

A família era vista como uma unidade indissolúvel, um “porto seguro” relacionado ao fato de que o homem retornaria do trabalho para casa, cansado, e encontraria, ali, um conforto. A naturalização de família perfeita tida como um destino inescapável caminha junto à naturalização dos papéis femininos, como o de mãe, dona de casa e esposa, aquela que não participa do mundo do trabalho. Existem três argumentos para que as mulheres não ingressem no mundo do trabalho. O primeiro deles é o fato de que ela adocece e se prostitui; o segundo é que as mulheres tiram o trabalho dos homens; e o terceiro e último postula que o salário não seria natural para as mulheres, como é a maternidade e os cuidados com a casa.

Todavia, tais argumentos eram refutados pela realidade material dos fatos. A exploração da força de trabalho feminina era muito mais violenta em função das características patriarcais de uma sociedade periférica e dependente. Nesse sentido, os jornais operários se constituíram em uma fonte de denúncia em oposição aos abusos patronais contra operários e operárias.

Além disso, o antimilitarismo das camadas conservadoras esteve muito presente nos discursos relacionados à família, uma vez que, quando os homens fossem para as guerras, as mulheres eram ligadas à prostituição, pois, sem o provedor, a mulher precisaria ir em busca do sustento. Mas, provavelmente, esse tema foi o que mais influenciou na discussão sobre o papel de mãe, já que, de fato, as famílias proletárias sofriam com a perda dos homens, tanto na questão afetiva quanto na questão econômica. Aborto e infanticídio foram pontos levantados pela sociedade, visto que o contexto da maternidade não era nada favorável e, por isso, houve a imprescindibilidade de reafirmar uma nova estrutura familiar, o amor livre e uma organização que pudessem garantir a todos o necessário para viver.

Também destacamos que a imprensa operária, nesse período, estava totalmente centralizada nas mãos de homens, mas em um proletariado constituído, em grande parte, pela força feminina e infantil; a participação das mulheres foi muito significativa nas mobilizações políticas.

Duas imagens de mulher eram construídas pela imprensa. De um lado, a submissa, que não sabe lutar pelos seus direitos; e, do outro, aquela que sai para as ruas enfrentando qualquer tipo de opressão. Essa contraposição de lados, sem dúvida, mostra que a resistência feminina nunca foi questionada ou organizada de

forma consciente, seja no âmbito hierárquico, seja reivindicando melhores condições de trabalho.

Em geral, a recusa das mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela produção acadêmica, ao menos até muito recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também na família. Quantos pais e maridos não impediram o envolvimento de suas esposas e filhas nas agitações políticas da época? (RAGO, 2014, p. 101).

O projeto dominante de moralização abrangia inúmeras estratégias de disciplinarização do trabalhador e sua família. Dessa forma, fazia-se necessário reforçar ou recriar um modelo imaginário de mulher, mãe e esposa que disponibilizasse o cuidado com a infância. Porém, entre o discurso idealizado e a realidade marcada pela miséria, opressão, baixos salários e a violência dentro e fora das fábricas, havia uma grande distância que foi percebida por inúmeras lideranças operárias, como foi o caso da revista anarquista “A Vida”.

Concernente ao nosso objeto de análise, a reimpressão fac-similar da coleção completa da revista “A Vida” foi organizada pela entidade intersindical nomeada “Centro de Memória Sindical” (CMS), fundada em São Paulo, no dia 14 de junho de 1980, e pelo “Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro” (ASMOB), sediado em Milão. Ambos estavam empenhados em reconstituir, preservar e divulgar a história e o movimento operário e sindical do Brasil.

A revista foi fundada em 30 de novembro de 1914, sob a direção de José Oiticica²⁹, com a colaboração de Francisco Viotti³⁰. A última publicação ocorreu em

²⁹ José Rodrigues Leite e Oiticica foi filósofo, professor e militante anarquista, nascido em 22 de julho de 1882, em Minas Gerais. Iniciou sua militância em 1912; desde então, passou a colaborar, sistematicamente, na imprensa operária e anarquista. No plano político, foi um dos grandes articuladores da Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, que, inspirada na Revolução Russa, pretendia derrubar o governo central na capital do país. Participou, ativamente, da organização da Greve Geral a nível nacional.

³⁰ **Jacomo Francisco Vicente Viotto**, *natural de Gênova, apresentou seu passaporte no Brasil aos 15 anos e assinou como “Francesco Viotti”*. Ninguém jamais soube o motivo da vinda ao Brasil, apenas que escolheu um clima de montanha, a fim de escapar da febre amarela, que atacava, de preferência, os estrangeiros. Tornou-se químico e farmacêutico, aprendeu medicina e procurou melhorar a posição de nosso primeiro ramo de exportação, introduzindo a indústria do fumo crespo no Brasil.

31 de maio de 1915. Constam, dentre seus colaboradores, os seguintes nomes: Adelino Pinho³¹, Astrojildo Pereira³², João Penteado³³, Hermes Fontes³⁴, Orlando Correia Lopes³⁵, Primitivo Soares³⁶ e outros intelectuais militantes ou simpatizantes das ideias anarquistas.

A iniciativa da fundação da revista “A Vida” partiu do Grupo Editor Novos Horizontes e do Comitê Pró-Congresso, atuantes da imprensa libertária e anticlerical que recolheram contribuições em dinheiro para a realização de um congresso internacional anarquista no Brasil, no início do século XX. A arrecadação foi insuficiente, e os membros dos grupos resolveram usar o dinheiro fundando o jornal, ao reverberar por toda a imprensa libertária do período. O jornal *A Lanterna*, anticlerical e libertário de circulação expressiva, dirigido por Edgard Leuenrouth³⁷,

³¹ Adelino Tavares de Pinho, João Penteado e outros anarquistas concretizaram a fundação da Escola Moderna nº 1 como fruto da Campanha Pró-Escola Moderna. Pinho inaugurou, em 1912, a Escola Moderna nº 2 e, durante os poucos anos de existência da iniciativa, dedicou-se, exclusivamente, à docência e à direção do estabelecimento libertário. Continuou a participar do movimento anarquista escrevendo para periódicos libertários com o pseudônimo de Pinho de Riga e de Demócrito.

³² Astrojildo Pereira Duarte Silva foi um ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. Em 1911, fez uma viagem à Europa Ocidental, onde travou contato com os ideais anarquistas. Entre 1919 e 1921, afastou-se do anarquismo e se aproximou dos ideais comunistas. Organizou e viabilizou a realização do congresso de fundação PCB.

³³ João Penteado foi um dos principais pedagogos anarquistas brasileiros do final do século XIX e início do século XX. Foi um dos fundadores da Escola Moderna no Brasil, colaborador como redator de inúmeros periódicos libertários e editor do periódico Boletim da Escola Moderna, em 1918. Também escreveu uma série de textos sobre educação e anarquismo publicados em *O Operário*, *A Plebe*, *A Lanterna*.

³⁴ Hermes Floro Batolomeu Martins de Araújo Fontes foi um compositor e poeta brasileiro, além de colaborar com o jornal *O Fluminense*, de Niterói, e, depois, fundou o jornal *A Estréia*, tendo trabalhado, ao mesmo tempo, nos Correios e Telégrafos.

³⁵ Orlando Corrêa Lopes foi um intelectual anarquista e diretor da *Escola Profissional Visconde de Mauá*, no Distrito Federal, desde sua inauguração, em 1916, até 1927, ano de sua morte. Tornou-se anarquista no Rio de Janeiro e esteve à frente do diário *A Época*, da revista anarquista *A Vida* e do jornal *Na Barricada*.

³⁶ Florentino de Carvalho, na verdade pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, foi um anarcossindicalista ativista político e jornalista nascido na Espanha que viveu no Brasil. Foi um importante articulador do anarquismo no Brasil; com o também jornalista e ativista político Edgard Leuenroth, dirigiu o jornal *A Peble*, o mais longo periódico de inspiração anarquista do país, que circulou, com algumas interrupções, entre 1917 e 1951. Participou, ainda, da direção do periódico carioca *O Libertário*, órgão da Aliança Anarquista, que circulou em 1922. No ano de 1920, fundou a revista *A Obra*, na qual publicava críticas ao bolchevismo.

³⁷ Edgard Frederico Leuenroth foi um tipógrafo, jornalista, arquivista e propagandista, um dos mais notáveis anarquistas do período da Primeira República brasileira. Fundou diversos jornais e colaborou em diferentes funções junto a tantos outros. Esteve envolvido com os periódicos *O Boi*, *O Alfa*, *Folha do Braz*, *O Trabalhador Gráfico*, *Portugal Moderno*, *A Terra Livre*, *A Lucta Proletária*, *A Folha do Povo*, *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *O Combate*, *A Capital*, *Eclectica*, *Spartacus*, *A Plebe*, *Jornal dos Jornaes*, *A Noite*, *Ação Libertária* e *Ação Direta*. Foi, também, fundador de diversas entidades vinculadas à imprensa, dentre elas, o *Centro Typographico de São Paulo*,

publicava, semanalmente, apoiando a revista “A Vida”. Dessa forma, os editores de “A Vida” informavam sobre seu funcionamento aos leitores, a fim de que eles enviassem suas colaborações, como mostra este excerto:

EXPEDIENTE [...] VARIAS: A Vida, obra de idéias e não de comércio conta apenas para se manter com a venda de seus números. De todos aqueles a quem possa interessar-se espera pois que a divulguem o mais possível confiando a iniciativa de cada um o emprego dos meios mais adequados a semelhante desideratum. Aos que desejem conhecer a nossa revista, enviaremos um exemplar desde que nos solicitem; também responderemos a todas as informações que nos sejam pedidas referentes aos fins que esta revista persegue.

[...] DA COLABORAÇÃO: Todos os leitores de A Vida são seus colaboradores pelo que podem mandar os trabalhos que desejarem com a certeza de que serão publicados desde que estejam dentro da orientação que preside a revista. Os trabalhos recebidos que não sejam publicados serão devolvidos se forem reclamados dentro de um prazo de três meses. Trabalhos anônimos não se publicam. Os originais radicalíssimos no vocabulário e vulgaríssimos na forma não publicaremos, bem como não daremos acolhida a questões particulares ou pessoais. Todo os artigos publicados nesta revista que não levem a indicação de tradução ou de sua procedência, se são transcritos, são garantidamente inéditos.

[...] A NOSSA MEZA DE LEITURA: Os jornais e revista que conosco queiram permutar, e os folhetos e livros que nos sejam oferecidos serão, muito em breve, postos a leitura livre de toda a gente. Pedimos portanto, a todos os grupos editores que enviem os seus folhetos e periódicos á nossa meza de leitura (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 30-11-1914, p. 17).

“A Vida” não era um periódico destinado ao grande público, mas era importante para os grupos de estudiosos anarquistas interessados em compreender a questão social brasileira, além de servir como um veículo de informações, análises e formação de quadros para a luta contra o capital. Em síntese, tratava-se de arregimentar forças para o movimento anarquista em um contexto marcado pela repressão do Estado, ausência de direitos e alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores.

Por ela os camaradas espalhados por toda esta enorme região terão conhecimento de todas as ações de propaganda que se realizem em qualquer ponto do país, das iniciativas que surgirem dos novos elementos que chegam a engrossar a nossa falange

a *União dos Trabalhadores Gráficos*, a *Associação Paulista de Imprensa* e a *Federação Nacional da Imprensa*.

revolucionária, terão, enfim, conhecimento de toda a nossa vida anarquista. Analisando e comentando em resenha, os factos capitais da vida social e política brasileira, inserindo uma crônica do movimento social internacional, apreciando e resumindo as obras de sociologia que se forem publicando em língua portuguesa, inserindo colaboração do anarquismo no Brasil, permitindo controvérsias e promovendo inquéritos para o conhecimento do problema econômico e social da região brasileira, a nova revista constituirá, além de uma preciosa fonte de informações e documentos, um não menos apreciável meio de educação anarquista (A LANTERNA – Anticlerical e de Combate, São Paulo, ano XIV, nº 269, 05-12-1914, p. 4).

Cabe mencionar que, no período em que o jornal circulava, não havia mercado editorial constituído, e os livros eram caros e difíceis de serem acessados; por causa disso, as publicações da época tinham o objetivo de preencher essas lacunas, além de que muitos imigrantes faziam a produção política operária do Brasil ou copiavam artigos e folhetos estrangeiros. No periódico em questão, a redação era composta, basicamente, por brasileiros, confirmando a criação de uma nova classe trabalhadora, ainda reprimida e dividida, mas de formação orgânica.

De fato, “A Vida” era um projeto ambicioso para a época. Suas dificuldades financeiras eram anunciadas em cada número, e o movimento operário passava por algumas dificuldades, já que vivia um forte refluxo e se dividia entre os sindicalistas revolucionários da Confederação Operária Brasileira e os aderentes da Confederação do Trabalho. A revista era uma publicação mensal, sendo publicada no último dia de cada mês. O número avulso custava 200 réis³⁸ e a assinatura anual 5.000 réis³⁹. Sua sede ficava na Rua Uruguayana, número 114, no Rio de Janeiro.

Revista de propaganda, formação, educação e organização, embora esta palavra talvez escandalizasse alguns de seus militantes, “A Vida”, entre os seus objetivos, visava a: “Relacionar os camaradas dispersos nesta imensa região, permitindo corresponderem-se entre si; difundir literatura anarquista, facilitando a aquisição das obras e periódicos que se publiquem na Europa; manter correspondências com grupos e periódicos libertários de todo o mundo e servir, por sua vez, de centro de

³⁸ Réis foi o nome da unidade monetária utilizada no Brasil, desde sua colonização, até 5 de outubro de 1942, quando foi substituída pelo cruzeiro na razão de 1 cruzeiro por 1 mil-réis. Hodiernamente, o valor aproximado do número avulso de uma publicação seria de R\$ 24,60.

³⁹ O valor aproximado da assinatura anual em real seria de R\$ 615,00.

informação para o exterior” (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 30-11-1914, p. 10).

A revista era estruturada por colunas, nas quais algumas estavam presentes na maioria das edições, como: crônica subversiva; o desperdício da energia feminina; biografia brasileira sobre a questão social; expediente e leitura que recomendamos. Outras eram publicadas apenas em alguns jornais, como: positivismo e anarquismo, uma carta do Snr. Teixeira Mendes; as escolas e sua influência social; o valor das leis e dos tribunais; transformar e não reformar; contra a guerra e pela liberdade; dentre outras.

Nessa acepção, os anarquistas denunciavam a exploração do trabalhador pelo capitalismo realizada de diferentes maneiras e criticavam o modelo familiar burguês e às instituições do Estado.

4.1 A emancipação da mulher

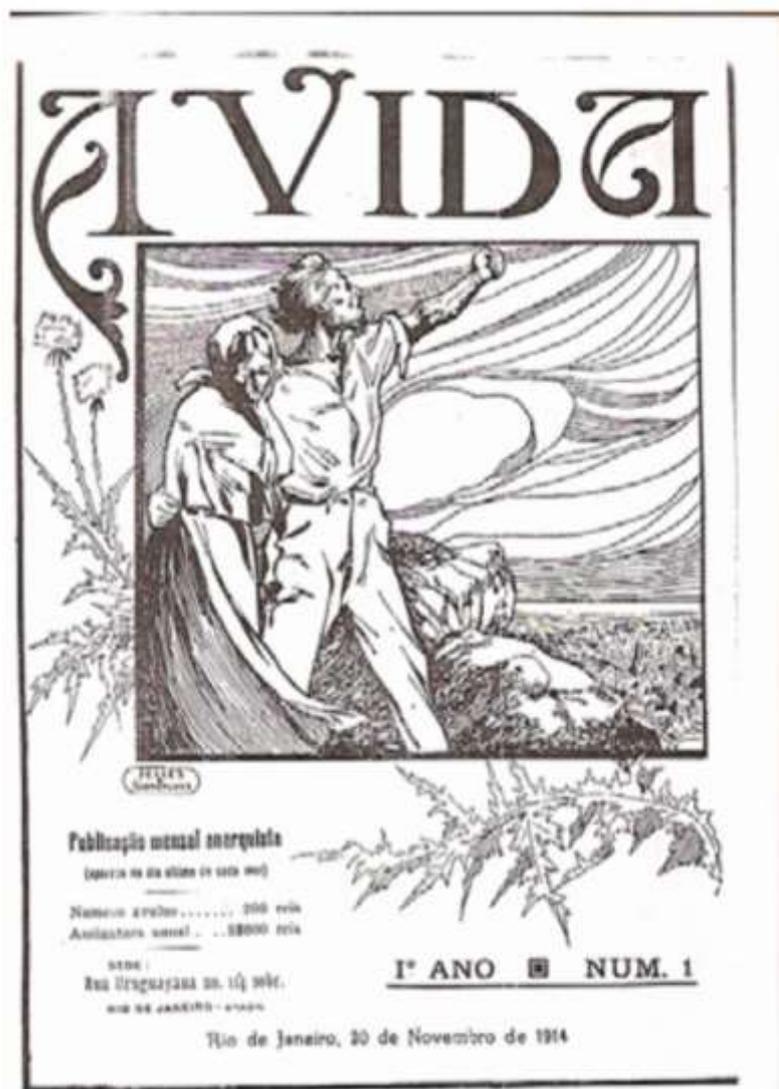
A condição de opressão da mulher é pensada por vários articulistas de tendência libertária, não só da operária, mas também da burguesa; por isso, a sua emancipação era um tema frequente na imprensa anarquista.

[...] Que faz ela entre nós? A aristocrata dirige a caza, isto é, dá ordens, lê romances ou administra associações de caridade e irmandades católicas. A da classe média, juntamente com alguns criados, faz o serviço da caza: cozinha, lava, engoma, coze, cuida dos filhos e, modernamente, se emprega nos telégrafos, correios, cazas comerciais, matriculan-se nas Escolas Normaes ou no Instituto de Música. Raras se dedicam à medicina, raríssimas ao direito, nenhuma á engenharia (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, 31-01-1915, p. 5).

Embora a classe operária do início do século XX tivesse, em grande parte, mulheres e crianças, a liderança se dava pelos homens. O movimento operário tinha a intenção de disciplinar as mulheres da esfera do trabalho para o lar.

A mulher poderia trabalhar nas fábricas para colaborar com o sustento do lar, mas isso não isentava a sua obrigação de educar os filhos, cuidar do marido e realizar as atividades domésticas. Vejamos a seguir, na Figura 1, a representação masculina e feminina na capa do periódico.

Figura 1 – Capa da Revista “A Vida”



Fonte: A VIDA, ano I, nº 1, 30-11-1914.

Ao analisá-la, podemos inferir as formas de idealização da mulher presentes, também, no meio operário e, mais especificamente, na revista. Os editores utilizam a imagem de um casal de operários, em que o homem é apresentado como uma figura forte que indica o caminho para a sua companheira. Ora, não se trata de questionar o incentivo das lutas femininas pela emancipação, mas a figura frágil representada pela mulher da capa.

Nesse sentido, vejamos a contribuição de Rago (2014) a respeito desse tipo de representação comum entre os operários:

A imagem feminina construída pelo imaginário operário: romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada à ideia da flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino, “máquina inconsciente” destinada a trabalhar e a procriar, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso (RAGO, 2014, p. 93).

Assim, a figura frágil, como é descrita a mulher, constitui o maior símbolo da anarquia, livre das misérias e das injustiças sociais; entretanto, enquanto o seu papel de reprodutora é valorizado, cabe a ela criar os seus filhos, futuros servos, e apoiar o marido, que tem como incumbência defendê-la e lutar pelos seus direitos, já que, politicamente, as mulheres são menos aguerridas.

A emancipação deve permitir que a mulher seja humana no seu sentido mais verdadeiro. Todo seu íntimo que clama por se expressar e agir deve manifestar-se ao máximo; todas as barreiras artificiais devem ser quebradas e o caminho para a expandir sua liberdade deve ser limpo de todo vestígio dos séculos de submissão e escravidão (GOLDMAN, 2019, p. 26).

Mulheres como Maria Lacerda de Moura⁴⁰, Matilde Magrassi⁴¹, Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares⁴², dentre outras, assinaram artigos nos jornais anarquista, defendendo a causa feminina, ao levantarem as suas vozes contra o mito da mulher passiva como sombra do homem, além de promoverem reuniões, conferências e palestras por todo o país. Outrossim, fundaram uma Federação Internacional Feminina.

Não é coincidência que, nos jornais libertários, encontramos artigos que, ao criticarem a situação social da mulher no sistema capitalista, apontam para a instrução como uma arma de libertação, ou seja, as propostas eram que as

⁴⁰ Maria Lacerda de Moura foi uma pensadora anarquista brasileira e pacifista, precursora do anarcofeminismo. Foi extremamente ativa em sua época e lida por intelectuais, militantes e escritores tanto do Brasil quanto da Espanha, da Argentina e do Chile.

⁴¹ Matilde Magrassi foi uma anarquista italiana que viveu no Brasil e na Argentina. Considerada precursora do que, hodiernamente, denomina-se anarcofeminismo, tinha uma atuação anticlerical, anticapitalista e anarcossindicalista. Escreveu, na imprensa operária brasileira, artigos sobre educação e emancipação feminina – e, na Argentina, integrou parte do grupo Las Libertarias.

⁴² Maria Antônia Soares e Maria Angelina Soares são irmãs anarquistas que viveram na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Trabalhavam como costureiras, foram professoras e escreviam para jornais anarquistas. A família Soares teve uma proeminente atuação na cultura libertária de diversos periódicos; são pessoas fundamentais para a história do anarquismo na Primeira República no Brasil.

mulheres operárias não lutassem somente em busca de melhores direitos, a fim de obter uma jornada de trabalho mais curta e salários mais altos, mas que procurassem instrução para se defenderem mediante a exploração do capital.

De modo geral, o discurso anarquista busca revelar as humilhações de todas as classes sociais que as mulheres sofrem, em uma sociedade profundamente desigual, patriarcal e machista. José Oiticica trouxe para a revista “A Vida” artigos que retratam, criticamente, o papel atribuído às mulheres, perante a essa sociedade.

A mulher é para a caça, dizem os burguezes, e para cuidar dos filhos. Mas o burguez que assim fala quer um guarda-livros ⁴³hábil para o seu negocio e um veterinario experto para o seu cavalo. E' bem de ver que o burguez nesse caso, coloca o negocio e o cavalo acima do filho (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 31-12-1914, p. 7).

Para os libertários, a luta das mulheres deve questionar as relações estabelecidas no cotidiano, tanto na família quanto na fábrica. Não se trata apenas de conquistar o direito de participar da política, mas também de crescimento pessoal.

Na verdade, a transformação radical da condição da mulher só será possível numa outra organização da sociedade, mais justa, em que o amor livre assegure a integridade das relações familiares, em que os jovens possam escolher livremente seus companheiros e formar suas famílias, sem contar com os obstáculos econômicos aviltantes do mundo capitalista (RAGO, 2014, p. 134).

A emancipação feminina anarquista é vista como uma tomada de conhecimento da parte das oprimidas para a libertação, ou seja, a mudança vem de uma organização e participação na luta social, nas relações familiares, na sexualidade, nos valores burgueses, na maternidade e na Igreja.

Nesse contexto, a Igreja, que expressava os interesses dominantes, colocava-se ao lado do patronato, apresentando a mulher como um ser recatado e alheia às lutas sociais, de maneira a impor um modelo de vida a ser adotado e, ainda mais, um modelo de mulher. Buscava-se, dessa forma, naturalizar a condição

⁴³ Guarda-livros era o nome atribuído ao contador.

feminina em uma sociedade profundamente desigual. Em contrapartida, o movimento anarquista, mesmo com as suas limitações, propunha a participação feminina nas lutas sociais, visto que, para os representantes desse movimento, as mulheres não cumprem com o seu papel social devido à influência da Igreja.

Na revista “A Vida”, a questão da Igreja também é abordada e vista como um problema. José Oiticica, em um dos seus textos, indaga: “Concorre ou poderá concorrer a Igreja para a libertação da mulher? Tende a sua ação social para a diminuição dos desperdícios de energia feminina?”. A igreja Romana consagra a propriedade individual punindo aquele que vai contra o quinto mandamento: “Não furtarás”, ou seja, não toque na propriedade alheia. Por outro lado, a Igreja também tem suas propriedades, uma vez que os dinheiros arrecadados com doações e esmolas são colocados a juros, e os conventos das freiras são isentos de impostos por serem casas de caridade; assim, a caridade está acompanhada do negócio.

A Igreja se opõe, sistematicamente, a qualquer progresso de ciência, sobretudo a qualquer reivindicação feminina; portanto, como ocorre a educação intelectual da mulher? Oiticica (1915) aponta que, nas escolas, os conteúdos ensinados eram: desenho, aritmética, francês, geografia, história e reza. Nenhuma palavra relacionada a ciências físicas e naturais.

Por essa educação burguesa, os pais pagam e todas as superstições modernas entram na cabeça das meninas que adoram o Sagrado Coração de Jesus; que confessam e comungam todas as semanas; estudam a vida dos santos e penduram escapulários no pescoço. Já a educação dos pobres pela Igreja é nula: coloca-se um padre qualquer, muitas vezes, um estrangeiro recém-chegado ao Brasil que ensina tolices em português.

Manda a Igreja que a mulher perca seu tempo em ir á missa aos domingos, e ela vai, sem saber porque; ordena-lhe que adore o coração de Cristo, com hematias, leucócitos, esporão de Wolf e o mais e ela adóra; ensina-lhe as patranhas dos milagres, o casamento de Jesus com Maria Alacocque, por exemplo e ela acredita nessa pantomima erótica sem tujir nem mugir (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, 31-03-1915, p. 74).

E as energias morais? A mulher não conta consigo mesma: ela precisa de Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida, Sagrada Família, promessas e bentinhos. A igreja se baseia na autoridade e, para Oiticica, ela é antônima de

vontade livre, mas, sobretudo, a Igreja é intolerante, pois não admite nenhum protesto baseado na razão.

Mas é preciso que ter em mente que o monopólio sexual tem sido transmitido de geração em geração como um direito sagrado e como a base da pureza da família e do lar. E assim como a Igreja e o Estado aceitam o monopólio sexual como a única segurança para o vínculo matrimonial, eles têm justificado o ciúme como uma arma legítima de defesa para a proteção do direito de propriedade (GOLDMAN, 2020, p. 8).

A separação entre Estado e Igreja é outro ponto importante de se destacar. Os dois se “separam” e, ao mesmo tempo, dão as mãos para extorquir a massa trabalhadora. A burguesia se organiza com base na hierarquia e, no topo, está a Igreja, que entretém a população com o catecismo e o culto, enquanto o Estado prega o patriotismo. Caminhando contra essa ideia, Oiticica aponta que ainda existe um grupo na sociedade que se revolta contra as tradições econômicas, políticas e religiosas.

Esse movimento tem por programa instituir na Terra uma sociedade de homens solidários em substituição á nossa sociedade de homens-lobos. Entende por solidariedade o acordo racional das vontades livres e ilustradas no intuito de aproveitar, o mais rápido possível, as forças do Universo (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, 31-03-1915, p. 75).

Nesse movimento, entra a mulher livre do homem, autônoma, com os mesmos direitos, isenta de religião, da família e da castidade. Somente resta à mulher se desvincular da Igreja para que a sua razão ganhe liberdade e a sua emancipação, de fato, comece.

Conseguido isso o espírito está aberto a compreender o problema social que não é só econômico, e a mulher será, desde logo, um elemento formidável de luta para a consecução dessa humanidade futura, consecução que é o sonho mais fecundo, a mais bela utopia, a concepção mais alentadora que já se formulou no mundo: a ANARQUIA (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, 31-03-1915, p. 75).

Portanto, a luta pela emancipação da mulher é uma questão de ordem moral, uma necessidade de libertação do modelo burguês da esposa-mãe-dona-de-casa,

que deve obedecer ao cônjuge. Diante disso, faz-se necessária a discussão de uma nova forma de relacionamento afetivo.

4.2 O amor livre

Na presença de todas as acusações do moralismo dos anarquistas, não se pode negar que eles avançaram com suas propostas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres. Um dos pontos discutidos pelas mulheres anarquistas, dentro do movimento, foi a necessidade de sua emancipação do casamento; para elas, este poderia ser substituído por uniões livres e pensadas unicamente no amor.

Amor livre não é, como alguns pretendem e outros julgam, as relações sexuais havidas de momento em praça pública, ou num andar registrado sob um número de polícia [...] é um todo formado pelo homem e pela mulher que se completam [...]. Vivem juntos porque se querem, se estimam no mais puro, belo e desinteressado sentimento de amor; vivem juntos porque é essa a sua vontade e não estão ligados por determinação alheia nem por interesses que a digam respeito. [...] Amor livre é a plena liberdade de amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolúvelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a suportarem-se com enjoo. [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, 01.02.1915 *apud* RAGO, 2014, p. 140).

No regime capitalista, a família se baseia em relações de interesse e mantém unidas pessoas cujos desejos são divergentes, as ligações são artificiais, que se ofendem, machucam-se e se odeiam, pois umas oprimem as outras. Pautados nesses ideais, médicos, juristas, políticos e educadores pregavam algumas normas de conduta para as mulheres seguirem, já que, para eles, o casamento era uma forma de educação. Tais normas são as seguintes:

- 1) Monogamia indissolúvel completada pela viuvez eterna;
- 2) Sustento da mulher pelo homem;
- 3) Livre desistência do dote (por parte da mulher);
- 4) Livre desistência da herança por parte da mulher;
- 5) Superintendência materna na educação;
- 6) Liberdade de testar;
- 7) Liberdade de adotar.

(HINO AO AMOR. Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, Rio de Janeiro, 1901 *apud* ISMÉRIO, 1995, p. 23).

É possível perceber que as exigências relacionadas ao casamento, em sua maioria, recaiam sobre a mulher, mesmo que, na nova sociedade capitalista, elas estivessem presentes nas ruas por vontade própria ou necessidade. Vale assinalar que elas jamais poderiam esquecer que seus principais deveres eram o trabalho doméstico, o cuidado, a dedicação aos filhos e ao marido e a manutenção do lar e da família.

Desde muito jovens, as meninas são qualificadas como passivas, doces, que sonham em ter um lar, um marido e serem mãe, enquanto, ao menino, a capacidade de tomar iniciativa, ser racional e desejar a liberdade. Essa questão continuava sendo refletida na vida adulta, isto é: a mulher como um ser naturalmente sensível, e o homem um ser intelectual. Isso porque as mulheres aprendiam, desde crianças, prendas domésticas, costuras, bordados, rendas, tocar piano, violino etc.

A mulher é a maior vítima porque sobre ela pesam todas as consequências das derrotas. Subordinada ao pai, sujeita ao marido, mais fraca que o homem ela sofre os contragolpes todos da desenvoltura deles. E, se entra na luta, tendo seu organismo de resistir às violências dos embates, ou se depaupera, ou recua com imensas perdas.

Só na alta classe poderemos encontrar mulheres vitoriosas sem esforço; mas, ainda aí, essa vitória é fruto, direto ou indireto, dos influentes no governo.

As mais das vezes, as favorecidas com heranças, incapazes de jerir, por falta de preparo, os seus haveres, caem nas mãos dos exploradores que lhes delapidam os recursos (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 4, 28-02-1915, p. 54).

Assim, é possível compreender que o casamento normativo, sacramentado pela Igreja e legitimado pelo Estado, reflete a falta do amor, perpassando pelo entendimento de que o homem é o dono da sexualidade feminina, ao fazer com que a mulher obedeça a seus mandos e desmandos.

Cada amor é resultado das impressões e características de duas pessoas envolvidas dão a isso. Toda relação de amor deve, por sua própria natureza, permanecer como um caso absolutamente privado. Nem mesmo o Estado, a Igreja, a moralidade ou as pessoas devem mediar isso (GOLDMAN, 2020, p. 4).

Compete ressaltar que o discurso burguês dessexualiza a mulher, comparando-a a uma figura santificada, em que o aspecto sexual só é relacionado à ideia de procriação, ou seja, o direito ao prazer é reservado somente ao homem.

Oiticica, na revista “A Vida” (1914), enfatiza que o povo sabia distinguir o que era um casamento por amor e o que era por interesse. As dificuldades geradas pela concorrência resultante do regime capitalista eram tantas que a opção do casamento por amor não era oferecida; só se casavam nessa circunstância aqueles que tinham meios de subsistência garantidos ou aqueles que a sociedade chamava de doidos.

Mas, nessa lufa lufa matrimonial, as condições mais duras é a mulher que as padece. Saída apenas de sua escravidão secular, sente-se enleada por todas as peias sociais⁴⁴ e, impossibilitada de vencer, por si, na concorrência implacável, procura ou procuram por ela o apoio de um braço masculino, de qualquer braço masculino (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 4, 28-02-1915, p. 54).

Como se observa, “A Vida” denuncia o papel ocupado pelas mulheres na sociedade burguesa, de modo a viverem enclausuradas em seus lares, assim como uma freira, para que essa personalidade submissa e alienada fosse formada. Defronte a essa situação, os anarquistas defendiam o divórcio, que não trazia discórdia, mas viria

[...] oferecer um abrigo seguro, um porto de salvação àqueles para os quais não mais sorria na terra a esperança de um clarão de ventura. [...] O divórcio não facultará a separação completa dos casais, se não em caos perfeitamente definidos e quando a separação dos cônjuges redundar em felicidade relativa para ambos (A LANTERNA, 19.08.1912 *apud* RAGO, 2014, p. 142).

Concernente ao exposto, o divórcio é visto como uma necessidade em uma sociedade que não sabe amar ou que não tem tempo para isso. Por esse motivo, pautas como união livre e amor na sociedade burguesa seriam formas de libertação da mulher.

As denúncias que a imprensa operária publicava sobre a exploração do trabalho da mulher apelavam para o problema moral da sexualidade e para os

⁴⁴ Empecilhos, impedimentos, obstáculos.

obstáculos da vida materna. A fábrica, escura e sufocante, aflora como um lugar de prostituição, onde a mulher indefesa corre o risco de se corromper física e emocionalmente. Logo, o discurso masculino dentro da imprensa operária fala da mulher trabalhadora e para ela, tentando protegê-la contra os sedutores das fábricas, bem como conscientizá-la da importância da organização política.

A educação também foi abordada no universo feminino em relação à maternidade. De acordo com Oiticica, na Revista “A Vida” (1914):

Basta considerar a educação do filho para medir o alcance da educação intelectual da mulher. Criar um filho, educar um filho é um problema que exige uma instrução vasta e variada. Toda mãe de família deveria ser uma pedagoga; mas a pedagogia se baseia na psicologia e na fisiologia que supõem o preparo em ciências correlatas, digamos melhor em todas as ciências.

Ninguém deveria ser mais enciclopédico do que a mãe de família e portanto do que a mulher. Uma sociedade bem constituída seria aquela em que todas as mulheres pudessem ser amplamente instruídas (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 30-11-1914, p. 7).

A prática de romantizar a maternidade é um mecanismo machista e patriarcal para naturalizar a sobrecarga de trabalho das mães, que não têm tempo para praticar atividades de lazer, trabalhar ou, até mesmo, apreciar o ócio. Arelado a isso, a necessidade psicológica para que as mães tenham condições de refletir sobre si mesmas e se empoderarem fica para depois.

Portanto, os anarquistas pregavam a necessidade de desromantizar a maternidade e mostrar que a obrigação de cuidar dos filhos não é apenas da figura feminina. Além disso, objetivavam propiciar alertas às mulheres sobre as funções que elas desejavam ocupar, de maneira a apoiá-las. A sociedade se baseava na hierarquia, ou seja, na direção da grande maioria pela minoria exploradora, impedindo o desenvolvimento da energia intelectual, ainda mais da mulher do que do homem, uma vez que ela está submetida a essa ignorância e, muitas vezes, incapaz de educar, o que representa um desperdício de energia em prejuízo das gerações futuras.

Percebe-se que uma relação patriarcal – de subordinação da mulher para com o homem – é estabelecida, exatamente como no interior dos lares, alimentando a ideia de que o pai, o marido e o líder devem ser respeitados e

obedecidos. Não é à toa que a mulher se associa à figura da criança, infantilizando-a por meio de uma imagem de desamparo, incapaz de pensar e agir.

A preocupação dos jornais operários ao retratarem as condições de trabalho da mulher atém-se, portanto, ao aspecto moral da relação de dominação exercida no interior da fábrica. A mulher ingênua pede socorro do militante masculino. Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem (RAGO, 2014, p. 95).

Outro tema recorrente, relacionado à maternidade, é a questão da infância. O interesse pela educação dos operários desde pequenos reflete a intenção de disciplinar e formar cidadãos aptos ao trabalho e que não ameçassem a ordem social. Em contrapartida, havia o combate por parte dos libertários para o fim do trabalho infantil. A imprensa operária denunciava a utilização de mão de obra das crianças, defendendo que elas deveriam ser protegidas e enviadas para a escola.

Mas é suficiente dizer que chocam as notícias calamitosas, flagrantes impiedosos colhidos pela imprensa operária retratando pobres criancinhas espancadas, humilhadas, exploradas por este mundo adulto vil, ignóbil, desumano, que desrespeita os pequenos, suga-lhes todas as energias, transformando-os em seres franzinos, raquíticos, sem vida? Maltrapilhos trabalhando ininterruptamente dez, doze, catorze horas seguidas, caindo de sono diante do ritmo alucinante das máquinas, exaustos de cansaço, vigiados continuamente por contramestres sem escrúpulos, vilões, carrascos, em benefício do capitalista voraz, cuja ambição desmesurada cega os próprios atos, eliminando qualquer vestígio de um gesto de ternura e delicadeza? Pobres criaturas engolidas por máquinas infernais... É suficiente querer colocá-las nas fábricas e destruir a tão querida época de brincar, de poder viver livremente, de preparar-se para o futuro? Por uns poucos réis! Não deveriam as crianças serem retiradas dos presídios industriais e enviadas para o lugar que merecem, o mais apropriado para elas, seu espaço natural: a escola? (RAGO, 2014, p. 179).

A partir das indagações feitas por Rago (2014), é possível notar que havia uma preocupação com a recuperação da infância por parte da imprensa operária, visto que o movimento operário se colou na obrigação de defender os direitos da

infância, de evitar a desintegração familiar e a degeneração social e moral dos menores.

Outro ponto a ser destacado é a prostituição. Segundo Rago (2014), ela é classificada pelo saber médico e criminológico como um “vício” que tende a se alastrar e corromper todo o corpo social. Esse assunto se tornou muito recorrente, seja do ponto de vista da exploração das mulheres, seja da ótica de uma prática odiosa dos ricos.

Os médicos sanitaristas afirmavam que as mulheres podiam seguir por dois caminhos: ou ser mãe e esposa; ou ser prostituta, visto que a fragilidade e a afetividade eram características naturais que predominavam nas duas opções.

Ao contrário da emancipação da mulher como uma bandeira social, a prostituição sempre foi citada como um problema; era vista como uma contraposição ao amor livre, pois era considerada uma vergonha provocada pelo modelo de casamento burguês, ou seja, hipócrita e interesseiro. Vale ressaltar, contudo, que ela nunca foi condenada pela polícia ou pela justiça, já que o homem tinha necessidades sexuais maiores do que as das mulheres.

Para o moralista, a prostituição não consiste tanto no fato de que a mulher venda seu corpo, mas antes, que ela a venda fora do casamento. Que isso não é uma mera suposição é comprovado pelo fato de que o casamento baseado em considerações monetárias é perfeitamente legítimo, santificado pela lei e pela opinião pública, ao passo que qualquer outra união é condenada e repudiada (GOLDMAN, 2011, p. 10).

Na revista “A Vida” (1914), Oiticica salienta que, àquelas mulheres que não se casaram, sobrava a venda do próprio corpo para a sobrevivência. A sociedade burguesa dizia que não existia remédio para o vergonhoso comércio carnal e denominava a prostituição um mal necessário para a fonte de renda.

A história das vendidas é a mesma para todas. Cortejadas, abastadas, enquanto moças mal se lhes mareia o verdor dos vinte anos, sentem fugir-lhes a clientela dos senadores e banqueiros. Baixam de coração como a carne avariada nos açougues. São tratadas mesmo, na jiria dos rufiões, pelo léxicon dos açougues. Aceitavam freguezia menos rica. Não podem habituar cazas vistozas, nem ter automoveis à porta. Passam ao segundo plano. Os anos lhes oxidam o lustro da beleza e as levas dos amantes se sucedem cada vez mais sórdidas e menos ricas. E elas decaem, degradam-se, despenham-se. O termo final da decadência é o

proxenetismo⁴⁵, o hospital ou o azilo do Bom Pator (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 4, 28-02-1915, p. 55).

Desse jeito, o retrato da mulher prostituta é construído ao contrário da mulher honesta, casada e boa mãe. O seu principal objetivo é a satisfação do prazer, mas, nessa vertente, prazer e trabalho são divergentes. A dúvida que permeava era: por que essas mulheres de má vida, insubmissas, impuras e insignificantes se recusavam ao aconchego de um casamento? Eram vistas como loucas que negam a importância do lar e preferem vagar pelas ruas, enfeitadas, perfumadas e desnudadas, provocando tumulto e escândalo, ao recusar o mundo edificante do trabalho, os discursos morais masculinos e perseguir a satisfação do prazer.

Nem o Estado nem a Igreja conseguiram nunca diminuir em nada o número sequer das messalinas.

E' que a existência delas pende-se, como expuz, á organização mesma da sociedade atual.

Enquanto existir a sociedade constituída sobre a propriedade individual, defendida pela autoridade, teremos energias esbanjadas, sobretudo, as energias femininas (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, 31-03-1915, p. 75).

Por outro lado, é importante destacar as representações acerca das prostitutas de luxo, embora o foco da discussão não fosse exatamente a mulher, mas, sim, as atitudes dos patrões, que as rotulam como seres pobres, fúteis, cheias de hábitos caros e que são sustentadas pelo suor dos trabalhadores explorados por seus amantes.

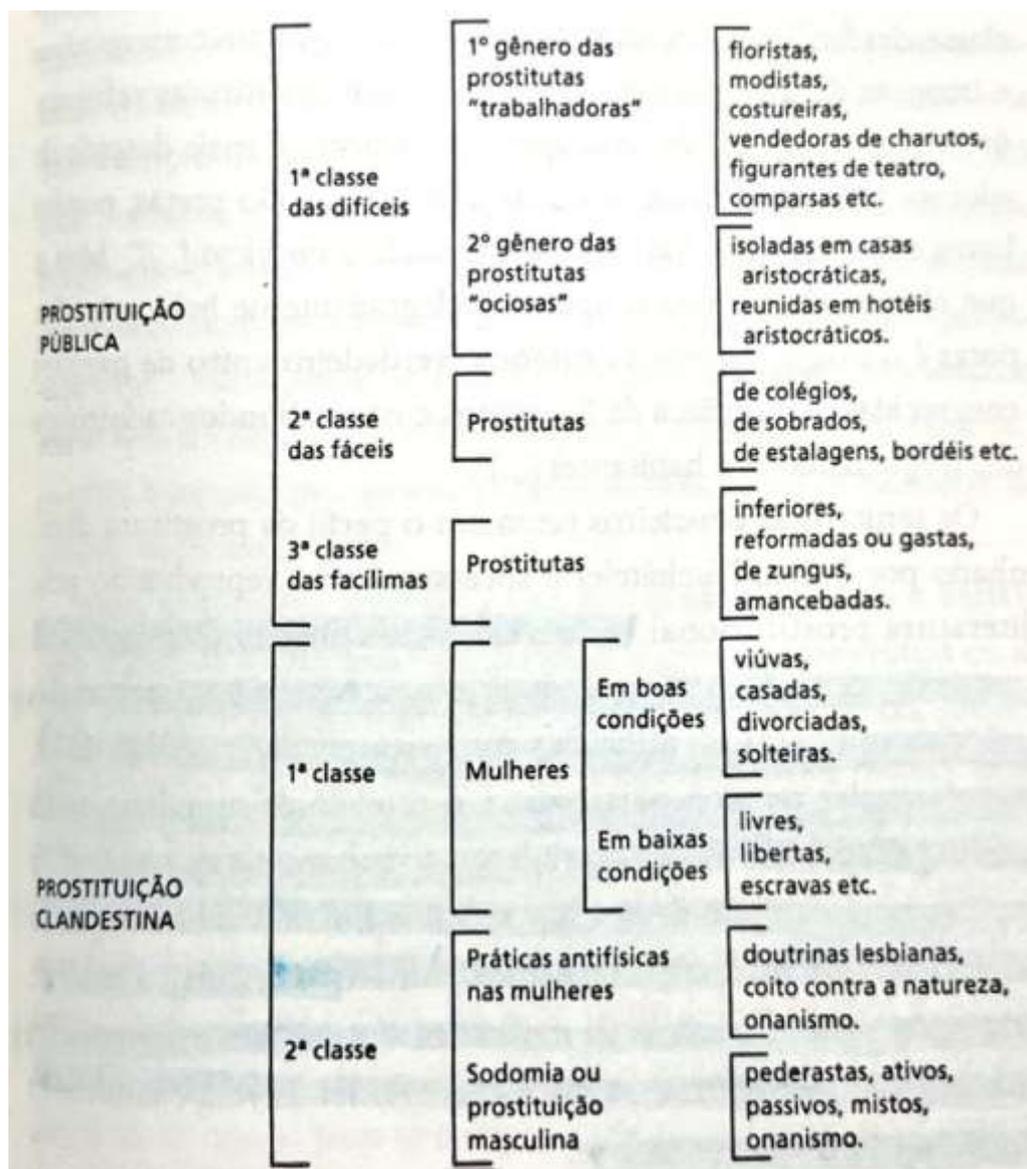
Alexandre Parent-Duchâtelet (1790-1836) era um médico sanitarista francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris. Influente na sociedade, preocupava-se em controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas, identificando a prostituição para as imundices do submundo. Não obstante, a sua influência chegou ao Brasil, onde os médicos sanitaristas invadiram esse submundo. Eles classificaram as mulheres como “degeneradas”, investigaram seus hábitos e diagnosticaram suas doenças, buscando afirmar todo o conhecimento já existente sobre a mulher prostituta e difundir esse estereótipo.

⁴⁵ Lenocínio; crime definido pela ação ou pela prática de obrigar, induzir ou incentivar alguém a se prostituir, lucrando ou não com essa ação ou prática.

Recorrendo aos mesmos argumentos moralistas de Parent-Duchâtelet, o médico F. Ferraz de Macedo, em sua tese de doutoramento sobre a prostituição no Rio de Janeiro, de 1873, conclui que entre as várias causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se: a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. Além disso, acrescenta, os bailes populares e as folias carnavalescas criam condições especiais para a emergência de práticas devassas e pervertidas (RAGO, 2014, p. 117).

Evidentemente, é a mulher pobre que se prostitui, associada, inúmeras vezes, à imagem selvagem, imatura e desorientada, que necessita de cuidados do Estado e das classes dominantes para reencontrar o bom caminho e se reintegrar na sociedade. O Dr. Francisco Ferraz de Macedo construiu, em sua tese, um quadro classificativo sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, dividindo em classes, gêneros e espécies. Vejamos, a seguir, na Figura 2.

Figura 2 – Quadro classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: RAGO, 2014, p. 119.

Mediante o quadro exposto na figura, é possível perceber que um dos traços mais característicos das prostitutas, na visão dos médicos, é a preguiça, aversão ao trabalho e procura pelo prazer, uma vez que ela é aquela que vive em busca de satisfazer seus desejos libidinosos, ao contrário daquela honesta e pura. As suas atividades são fúteis e banais; sempre têm amantes fixos ou eventuais; apaixonam-se por rapazes abastados com o intuito de satisfazer seus desejos; e preferem abortar do que ter os seus corpos deformados.

Por conseguinte, quanto mais civilizada fosse a sociedade, maior seria a prostituição, porque a sociedade era movida pelo luxo e pela miséria. A mulher,

atirada pela concorrência à miséria, vale-se do casamento e da prostituição como remédio à pobreza. Enquanto existiam burgueses que pagavam os seus prazeres com dinheiro extorquido dos trabalhadores, havia a prostituição; logo, ela não é um mal necessário, e sim uma consequência substancial de um regime social baseado no luxo.

De fato, a construção de um modelo de mulher, mãe, esposa e dona de casa implicou a sua desvalorização profissional, política e intelectual. As mulheres também eram vistas com menos resistência física em relação aos homens e, por isso, usavam menos a força física, mas com o mesmo número de horas e o salário menor.

A sociedade burguesa se questionava como seriam os filhos dessas mulheres, já que o desperdício da energia feminina refletia nos organismos futuros, pois a hereditariedade não perdoa. De acordo com A Vida (1914): “Um organismo descelulado produzira outro organismo descelulado, mormente si as condições da vida do progenitor permanecem inalteradas para a progênie”.

Além disso, a alimentação era uma característica do excesso de mau trabalho, junto à insuficiência do salário. Nas fábricas, as mulheres eram expostas e obrigadas a comprarem alimentos baratos, falsificados e vencidos que os comerciantes forneciam para se enriquecerem. Doentes e sem dinheiro, elas recorriam a curandeiros, espíritas, padres e eram exploradas pela classe médica burguesa, que exigia sempre o pagamento de consultas ou a compra de remédios em farmácias específicas.

Nos engenhos do Norte pága-se a um trabalhador do campo 1\$000, 800 rs., ou 600 rs. mesmo, a sêco; a uma mulher 500 rs. no maximo, a uma criança meia pataca. Dez tostões por dia, a um homem que trabalha ao sol, no cabo da enxada, durante 12 horas; dez tostões para comer, vestir-se, criar os filhos. Qual póde ser a alimentação desses homens, dessas mulheres, dessas crianças? A que eles têm: pirão de farinha agua e sal, bacalhau, ou quando muito, um peixe escasso, pescado no rio com o gereré (A VIDA, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 30-11-1914, p. 8).

Enquanto a grande parte das mulheres era “desperdiçada”, a outra parte se destruía por mau aproveitamento. As burguesas apenas viviam em passeios e cuidavam de obras de caridade. Diante disso, é possível observar que a sociedade

burguesa era baseada no excesso do trabalho de uns e no não trabalho de muitos, prejudicando o desenvolvimento físico da maioria.

Por intermédio das análises realizadas, inferimos que, mesmo dentro do movimento anarquista no início do século XX, há estereótipos sobre as mulheres e, em alguns casos, eles desconsideram as desigualdades estruturais impostas pelas relações capitalistas como o cerne da questão da exploração da força de trabalho feminina. Tais desigualdades podem ser encontradas no passado e no presente do mercado de trabalho ou da esfera privada, mas se constituem em expressão de uma sociedade periférica, patriarcal e capitalista.

Ao contrário da ideologia hegemônica sob o capitalismo, entendemos que a submissão social da mulher, que se materializa na sua exploração na esfera privada e pública, não é uma determinação biológica (sexo frágil) ou uma lei da natureza, tampouco é o único resultado aceitável das relações históricas, mas é o produto das relações estabelecidas entre os homens na produção da vida. Ora, se não existe uma “natureza” feminina dada para toda a história, as relações podem ser modificadas em direção a uma sociedade emancipada na qual todos sejam livres de qualquer tipo de opressão.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada dos imigrantes europeus no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, contribuiu para o questionamento das péssimas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no Brasil. De fato, como apontado ao longo deste estudo, não havia legislação que regulamentasse as relações entre capital e trabalho, e a escravidão ainda era parte da realidade brasileira.

A abolição da escravidão e a Proclamação da República não aboliram os privilégios das classes dominantes. Continuávamos a ser uma sociedade hierárquica, autoritária e patriarcal, o que refletia no cotidiano dos trabalhadores. Porém, isso não significou que os trabalhadores permaneceram inertes diante do quadro de exploração. Diferentes formas de associação e organização fizeram parte do movimento de resistência e da busca por direitos.

Nesse contexto, o anarquismo brasileiro se destacou pela sua diversidade e pluralidade de vertentes, desde as correntes mais individualistas até as mais coletivistas e anarcocomunistas. No entanto, o movimento sofreu com a repressão por parte do Estado e das diversas frações da classe dominante, o que dificultou a sua organização e atuação.

O anarquismo se desenvolveu como resultado de um processo que envolveu pensamento e ação de um conjunto de novos sujeitos que operavam em um contexto histórico particular. Trata-se, assim, de um produto da ação humana, que foi levado a cabo em uma determinada estrutura social. Esse cenário, que passava por mudanças sociais de imensa envergadura em todas as esferas sociais, e cujos grandes traços se forjaram mais permanentemente durante o século XIX, permitiu e favoreceu o surgimento e a difusão do anarquismo, um tipo revolucionário de socialismo originado na segunda metade daquele século.

Assim, inserem-se as ideias anarquistas que penetraram no Brasil no fim do século XIX e início do século XX. É bem verdade que não foi a única corrente presente dentro do movimento operário, mas foi, certamente, a perspectiva hegemônica fundamentalmente a partir de 1906/7. Os sindicatos e jornais operários do período são testemunhos da forma pela qual os trabalhadores enxergavam a sociedade e se organizaram em defesa de seus interesses de classe.

Nessa circunstância, inúmeras publicações de origem operária ganharam vida e circularam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras cidades. Em italiano ou em português, dezenas de jornais foram publicados, centenas de palestras foram proferidas e inúmeras peças teatrais foram apresentadas com o intuito de revolucionar; por isso, muitos foram presos, expulsos ou precisaram mudar suas atividades e se esconderem, bem como alguns abandonaram as ideias e mudaram de vida. Diversos periódicos tiveram vida efêmera em função das dificuldades financeiras, repressão policial ou, até mesmo, prisão de suas lideranças mais combativas. Destacamos, dentre esses periódicos, a revista “A Vida”, que circulou no Rio de Janeiro entre 1914 e 1915. Em suas páginas, foram apresentadas aos leitores da época as ideias anarquistas, as discussões sobre o contexto político, a educação e as questões de gênero.

Ao considerar a sociedade patriarcal, resquício de nossa formação colonial, das condições precárias de trabalho dos trabalhadores em geral, tomamos como problema de pesquisa a seguinte questão: qual é o papel reservado à mulher presente nas páginas da revista “A Vida”?

Quando nos perguntamos sobre as lideranças no movimento, que contribuíram para suas práticas e ideias nas organizações operárias, pouco sabemos sobre as mulheres que colaboraram com a luta pela emancipação dos trabalhadores, ainda que não tivessem o mesmo espaço de voz entre os trabalhadores. Nesse sentido, muitas das mulheres combatentes tiveram seus nomes suprimidos ou permaneceram no anonimato em uma história escrita, fundamentalmente, por homens.

Sabemos que as mulheres anarquistas se organizavam em grupos específicos e participavam de organizações, como sindicatos e movimentos sociais, a fim de lutarem contra a opressão patriarcal da sociedade e pela construção da emancipação feminina. Apesar de suas contribuições expressas, as mulheres anarquistas brasileiras, com frequência, foram marginalizadas e silenciadas dentro do próprio movimento anarquista. E, como em outros movimentos sociais, as mulheres anarquistas enfrentam o desafio de lidar com a falta de representatividade dentro do próprio movimento.

Predominava-se ainda, mesmo dentro das organizações operárias combativas, o preconceito de gênero. Como pudemos observar nas páginas da

revista “A Vida”, não há nenhuma mulher colaboradora. Todos os que se posicionaram em defesa dos direitos femininos eram homens, um fato que revela o quanto do passado patriarcal ainda se fazia presente, mesmo entre aqueles que se propunham a eliminar as relações capitalistas.

Dessa forma, é importante observarmos o papel da revista ao publicizar, em suas páginas, o olhar sobre a emancipação feminina pelas mãos dos homens, como se a mulher fosse incapaz de se fazer ouvir ou pensar. Isso não significa que essa regra se estendesse a todos os jornais ou organizações operárias, mas revela que o movimento operário não teve uma organização linear ou homogênea.

É substancial apontar, além de tudo o que foi exposto até o momento, o quanto as mulheres trabalhadoras estavam excluídas da educação formal, ora as mulheres negras oriundas de um regime escravista, ora as imigrantes que se dirigiam ao Brasil.

Isso posto, apesar de todas as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras nos anos iniciais da República brasileira e dos problemas de confecção de jornais por parte dos militantes anarquistas, a revista “A Vida” se constituiu em uma fonte preciosa para a compreensão das lutas operárias no período.

Embora com todas as dificuldades e até do refluxo do movimento em termos quantitativos, as ideias anarquistas continuam a inspirar e influenciar movimentos sociais e políticos no Brasil e em todo o mundo. Suas críticas ao Estado, ao capitalismo e às desigualdades sociais ainda são relevantes e urgentes nos dias hodiernos. O estudo desse movimento que se deu pela exploração da imprensa operária ainda está muito longe de ser completo.

À guisa de conclusão, a emancipação feminina não será obra do acaso ou de uma evolução “natural” da sociedade, mas da ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com vistas à superação do modo de produção capitalista. Em suma, a história das mulheres anarquistas no Brasil é um testemunho do papel importante que as mulheres tentaram na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. No entanto, destaca, também, a necessidade contínua de lutar contra a opressão patriarcal e de garantir a representatividade e a participação igualitária das mulheres em todos os aspectos da vida política e social.

REFERÊNCIAS

A LANTERNA – Anticlerical e de Combate, São Paulo, ano XIV, nº 269, 05-12-1914, p. 4.

A VIDA – Revista mensal (Direção: José Oiticica e Francisco Viotti), ano I: nº 1, 30 de novembro de 1914; nº 2, 31 de dezembro de 1914; nº 3, 31 de janeiro de 1915; nº 4, 28 de fevereiro de 1915; nº 5, 31 de março de 1915; nº 6, 30 de abril de 1915; nº 7, 31 de maio de 1915.

ADDE, Tiago Villac. **O fim do Império e o nascimento da República: o desenvolvimento da contabilidade brasileira durante a Primeira República**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos Escolhidos**. Org. por D. Guérin. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BAKUNIN, Mikhail. **O princípio do Estado e outros ensaios**. São Paulo. Ed. Hedra, 2008.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1907.

CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Revista Aurora**, Marília, v. 3, n. 2, p. 11-20, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1227>. Acesso em: 25 maio 2023.

CORREA, Felipe. **Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica**. São Paulo: USP (Mudança Social e Participação Política), 2012.

CORREA, Felipe. **Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)**. [S. l.]: Editora Faísca, 2013.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Grijalbo, 1999.

DEL ROIO, José Luis. **1º de Maio**: cem anos de luta; 1886 – 1986. Organizado pelo Centro de Memória Sindical. São Paulo: Globo/Oboré, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.

FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **O impasse da comunicação sindical**: de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: CEBELA, 1995.

FORTUNATO, Marinice da Silva. **Uma experiência educacional de autogestão**: a escola moderna nº 1 na sua gênese. 1992. 337 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

GALLO, Silvio. **Anarquismo**: uma introdução filosófica e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

GALLO, Silvio; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Apresentação. *In*: GALLO, Silvio; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (org.). **Educação Anarquista**: explorações contemporâneas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

GOLDMAN, Emma. Tráfico de mulheres. Dossiê: Violência: outros olhares. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 247-262, 2011.

GOLDMAN, Emma. Ciúmes: causas e uma possível cura. **Amor y Anarquia**, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://amoryanarquia.wordpress.com/2012/01/19/ciumes-causas-e-uma-possivel-cura-emma-goldman/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

GOLDMAN, Emma. **Questão Feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2019.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher**: moral e o imaginário (1889 – 1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LEUENROTH, Edgard. A propósito do surto nacionalista. **Ação Direta**, [S. l.], ano 12, n. 124, p. 1, 1958.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. 1996. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

- LUIZETTO, Flávio. **Presença do anarquismo no Brasil**: um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920. 1984. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1984.
- LUIZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MALATESTA, Errico. **A Anarquia**. São Paulo Ed. Imaginário, 2001.
- MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. São Paulo. Ed. Hedra, 2008.
- MARAM, Sheldon. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.
- MORIYÓN, Félix Garcia (org.). **Educação libertária: Bakunin e outros**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NETTLAU, Max. **História da anarquia**: das origens ao anarco-comunismo. Frank Mintz (organização e introdução). Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Ed. Hedra, 2008.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PANSARDI, Marcos Vinícius. O movimento operário e a República. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 87-99, 2008.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.
- PENNA, Mariana Affonso. **“À procura da comunidade perdida”**: histórias e memórias do movimento das comunidades populares. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- PEREIRA, Astrojildo. A Imprensa Operária no Brasil. **Revista Estudos**, [S. l.], 4 jun. 1972.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- RIBEIRO, Maria Luisa. História das políticas educacionais: a questão das fontes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004 (Coleção Memória da Educação).
- RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- RODRIGUES, Edgar. **História do Movimento Anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, 2010.
- SEIXAS, Jacy Alves de. **Mémoire et oubli**: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil. 1989. 303 f. Tese (Doutorado) – Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, Paris, 1992.
- SILVA, Rafael Viana da. **Indelévels Refratários**: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954). 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a resistência**: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945). 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- VIANA, Allyson Bruno. **Anarquismo em papel e tinta**: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968). 2014. 441 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- VIEIRA, Maria do Pilar de *et al.* A imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 3, p. 47-54, 2012.
- WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2002. (v. 1 – A ideia).